

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



**RISCO E RESILIÊNCIA EM ADOLESCENTES
ORIUNDOS DE CONTEXTOS ECONÓMICOS
EXTREMOS**

Miriam Fernandes Teixeira

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Secção de Psicologia Clínica e da Saúde

Núcleo de Psicoterapia Cognitiva-Comportamental e Integrativa

2008

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



**RISCO E RESILIÊNCIA EM ADOLESCENTES
ORIUNDOS DE CONTEXTOS ECONÓMICOS
EXTREMOS**

Miriam Fernandes Teixeira

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Secção de Psicologia Clínica e da Saúde

Núcleo de Psicoterapia Cognitiva-Comportamental e Integrativa

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Luísa Bizarro

2008

RESUMO

Este projecto de investigação estabeleceu como objectivo estudar o risco e a resiliência em adolescentes provenientes de contextos económicos extremos, contestando os autores que afirmam que sendo pobreza um factor de risco, a riqueza constituiria um factor protector. Este estudo deriva da literatura que evidencia diversas problemáticas nos adolescentes pobres como sendo igualmente frequentes nos jovens ricos. Deste modo, o presente projecto de investigação visaria contribuir para a clarificação dos contextos económicos extremos como variável predisponente para o desajustamento dos adolescentes e pretenderia analisar os factores de risco e de protecção subjacentes aos adolescentes provenientes dos extremos económicos. Para o efeito, comparar-se-iam três grupos de adolescentes não equivalentes, designadamente, um grupo representativo do rendimento económico elevado, outro do baixo e outro do médio. Os comportamentos de risco que seriam avaliados corresponderiam ao consumo de substâncias ilícitas, que seria medido através do Questionário sobre o Envolvimento no Consumo Ilícito de Tóxicos (Geadá, 1992) e ao comportamento delinvente, que seria avaliado através da versão portuguesa (Geadá, 1992) da escala *Frequency of Delinquent Behavior* (Leung & Lau, 1989). Os factores de protecção determinados corresponderiam à proximidade emocional com os pais, que seria avaliada através da adaptação portuguesa (Neves, Soares & Silva, 1999) do *Inventory of Parent and Peer Attachment* (Armsden & Greenberg, 1987), a supervisão depois das aulas por um adulto e a presença de um adulto de referência. Apresentar-se-iam os resultados relativos à análise das diferenças entre os grupos quanto às variáveis de interesse em estudo. Seriam também avaliados os factores de protecção como variáveis mediadoras do grau de risco. Ao elaborar este projecto tornou-se fundamental reflectir sobre a sua pertinência para a prática clínica e para a investigação científica, bem como identificar as suas possíveis limitações e orientações para estudos futuros.

Palavras-chave: Resiliência; Factores de Risco; Factores de Protecção; Extremos Económicos; Adolescência

ABSTRACT

This research has set as its goal to study risk and resilience in teenagers from extreme economic backgrounds, arguing against some authors who claim that whereas poverty constitutes a risk factor, wealth constitutes a protective factor. This study originates on a literature which points towards similar problems that both poor and rich teenagers' experience. In this way, this research project would aim at contributing towards the clarification of extreme economic contexts as a variable that explains teenagers' displacement and would intend to analyze the risk and protection factors underlying teenagers from extreme contexts. For that purpose, three non-equivalent groups of teenagers representing high, median and low income. The risk behaviour under assessment would correspond to consumption of illicit substances, measured through the *Questionário sobre o Envolvimento no Consumo Ilícito de Tóxicos* (Geadá, 1992) and delinquent behaviour, to be assessed with the Portuguese version (Geadá, 1992) of the Frequency of Delinquent Behaviour (Leung & Lau, 1989) scale. The protective factors under analysis would be parental emotional proximity, assessed through the Portuguese adaptation (Neves, Soares & Silva, 1999) of the Inventory of Parent and Peer Attachment (Armsden & Greenberg, 1987), adult supervision after school hours and the presence of a reference adult. The results between the different groups will be presented according to variables of interest in study. The protective factors shall also be evaluated as mediating variables according to the degree of risk. We wish to emphasize the importance of the present study for clinical practice and scientific investigation, as well as identifying its limits and orientations for future studies.

Key words: Resilience; Risk Factors; Protection Factors; Extreme economic conditions; Adolescence

ÍNDICE

Capítulo 1: Introdução	1
1.1. Resiliência: aspectos centrais	2
1.1.1. Definição <i>versus</i> definições de resiliência	2
1.1.2. Estudo da resiliência	4
1.1.3. Definindo factores de risco e de protecção	5
1.1.4. Modelos teóricos	7
1.2. Vulnerabilidade, resiliência e o nível económico	12
1.2.1. Vulnerabilidade e resiliência associados a situações de pobreza	12
1.2.2. Vulnerabilidade e resiliência associados a situações de riqueza	19
1.2.3. “Riscos” ou Adolescência? Reflexões sobre a pertinência do estudo	24
1.3. Definição de Objectivos e Hipóteses	29
Capítulo 2: Metodologia	32
2.1. Amostra	32
2.2. Instrumentos utilizados	33
2.2.1. Medidas do grau de risco dos adolescentes	34
2.2.2. Medida da dimensão parental	35
2.2.3. Supervisão depois da escola	36
2.2.4. Descrição da presença <i>versus</i> ausência de um adulto de referência	37
2.3. Procedimentos	38
2.4. Procedimentos Estatísticos	38
Capítulo 3: Análise e Discussão dos Resultados	39
3.1. Análise dos resultados e integração na literatura	39

3.1.1. Diferenças entre os grupos quanto aos consumos de substâncias ilícitas	39
3.1.2. Diferenças entre os grupos quanto aos comportamentos delinquentes	40
3.1.3. Relações entre grupos quanto aos índices de comportamentos delinquentes e níveis de consumo de substâncias ilícitas	41
3.1.4. Relações entre grupos quanto aos índices de proximidade emocional com os pais	42
3.1.5. Relações entre grupos quanto à supervisão por um adulto depois da escola	44
3.1.6. Proximidade emocional com os pais e comportamentos de risco nos adolescentes	45
3.1.7. A existência de um adulto de referência e os comportamentos de risco nos adolescentes	46
3.1.8. A supervisão e os comportamentos de risco nos adolescentes	47
3.1.9. A supervisão por um adulto, a proximidade emocional com os pais e os comportamentos de risco nos adolescentes	48
3.2. Importância para a investigação e prática clínica	48
3.3. Limitações do estudo e orientações para investigações futuras	50
Capítulo 4: Conclusão	52
Referências Bibliográficas	53

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Diversas foram as personalidades da história mundial, partindo das artes às ciências, da filosofia à política, da religião à literatura que, durante um período da sua infância e/ou vida adulta, tiveram que enfrentar adversidades. Pessoas como o compositor Ludwig Beethoven, que elaborou parte da sua obra-prima padecendo de surdez total; pessoas como o físico Stephen Hawking que formulou a sua teoria da cosmologia quântica após ser assaltado por esclerose amiotrófica; pessoas como o romancista húngaro Imre Kertész, sobrevivente ao campo de concentração de Auschwitz, que ganhou o Prémio Nobel de Literatura; ou pessoas como Lance Armstrong, o mediático ciclista norte-americano que é conhecido e admirado por ter vencido o Tour de France sete vezes consecutivas após vencer uma morosa e árdua luta contra o cancro; são conhecidas e admiradas, não apenas pelas suas obras, mas por revelarem uma capacidade notória ao enfrentarem desventuras. Estas são apenas algumas das inúmeras histórias de resiliência que ouvimos desde tempos imemoriais e que provocam deslumbramento por apresentarem pessoas que triunfaram perante dificuldades extremas. Também ouvimos relatos de muitas crianças e adolescentes que produzem semelhante encanto por prevalecerem face a doenças crónicas, a guerras, a catástrofes naturais ou a famílias extremamente disfuncionais. Todas estas histórias, que revelam percursos não esperados à partida, aguçam a curiosidade de observadores e provocam o anseio de compreensão dos fenómenos que lhe estarão associados.

Com este trabalho, desejamos possibilitar um olhar mais esclarecido e idóneo sobre os percursos resilientes, porém não incólumes, daqueles que venceram diante das contrariedades da vida.

1.1. RESILIÊNCIA: ASPECTOS CENTRAIS

1.1.1. Definição *versus* definições de resiliência

“Aquilo que não me destrói torna-me mais forte.”

Martin Luther King

A palavra resiliência deriva do latim *resiliere* (recusar, voltar atrás, ser impelido, recuar, encolher-se, romper) e aponta para a ideia de elasticidade e capacidade rápida de recuperação. Segundo Garmezy (1993; citado por Simões, 2007), a resiliência corresponde à qualidade elástica que envolve a capacidade de distender sob o efeito do stress, voltando depois ao estado normal. Trata-se de um conceito originário da física e da engenharia cuja amplitude atingiu as ciências humanas, sobretudo, a psicologia.

O estudo científico da resiliência teve início na década de 60 e envolveu discordâncias sobre o aspecto central da definição do conceito. Na verdade, diversos têm sido os significados de resiliência ao longo do tempo, porém, é comumente aceite como um conceito que implica duas dimensões: a exposição à adversidade e a manifestação de resultados de um ajustamento positivo (Luthar & Cicchetti, 2000; Masten, 2001; Masten & Coatsworth, 1998). A resiliência corresponde a um processo dinâmico de adaptação positiva e não representa um traço de personalidade ou atributo estável do indivíduo (Luthar, Cicchetti & Becker, 2000; Simões, 2007), antes, manifesta-se através de comportamentos e de percursos de vida (Masten & Powell, 2003). Quando uma pessoa é denominada “resiliente”, quer numa conversa informal ou em estudos sistemáticos, estamos perante uma atribuição que envolve critérios implícitos ou explícitos. No entanto, caracterizar uma pessoa como sendo “resiliente” corresponde a um erro técnico, uma vez que esta terminologia destina-se a condutas e a padrões comportamentais. Seria, então, mais apropriado referir que “esta pessoa exhibe um padrão resiliente” ou “esta pessoa revela características resilientes” (Masten & Powell, 2003).

Salienta-se, ainda, referir que termos como “invencível” ou “invulnerável” (Anthony, 1974; cit. por Luthar et al., 2000; Masten, 2001) têm sido assumidos como sinónimos de resiliência. De acordo com esta perspectiva, as crianças invulneráveis não sofreriam quaisquer efeitos das adversidades que enfrentam mas parece que são muito poucas as crianças que exibem esta imunidade completa à presença de factores de risco. Deste modo, podemos assumir que resiliência e invulnerabilidade não correspondem a

conceitos equivalentes. Aliás, o termo resiliência é tão dinâmico, que, como a investigação tem revelado, a adaptação positiva face a exposição à adversidade envolve uma progressão sempre em desenvolvimento, de tal forma que novas vulnerabilidades e/ou forças emergem com a mudança das condições de vida (Masten & Garmezy, 1985; cit. por Luthar et al., 2000). A resiliência aparece como sendo um fenómeno comum que resulta, na maioria dos casos,³ a partir de sistemas básicos de adaptação (Masten, 2001). O termo resiliência parece então corresponder, segundo Zimmerman e Arunkumar (1994), à “habilidade de superar adversidades, o que não significa sair ileso, como implica o termo invulnerabilidade” (p.4). Além disso, as pessoas são denominadas como apresentando trajectórias resilientes com base numa competência ou critério particular, no entanto, estas podem reflectir uma heterogeneidade considerável no funcionamento em outros domínios de ajustamento (Luthar, Cicchetti & Becker, 2000). De facto, o funcionamento ímpar em diferentes domínios não invalida, por si só, a aplicação do conceito de resiliência, mas implica uma especificação clara do sucesso num domínio particular, não sendo a adaptação positiva noutras áreas um aspecto fundamental (Cicchetti & Garmezy, 1993; cit. por Luthar et al., 2000). Por outro lado, não se espera que aqueles que atinjam o critério de resiliência num dado momento, revelem um ajustamento positivo em todas as fases ou perante as mais diversas e inimagináveis circunstâncias, antes, considera-se que a resiliência se verifica num determinado ponto do seu percurso de vida (Masten & Powell, 2003; Simões, 2007).

A adversidade, o primeiro conceito subjacente à definição da “resiliência”, corresponde ao risco e, tipicamente, engloba as circunstâncias de vida negativas que são conhecidas como estando estatisticamente associadas à ocorrência de dificuldades de ajustamento (Luthar & Cicchetti, 2000; Masten, 2001; Masten & Powell, 2003).

O segundo conceito relacionado com a definição de resiliência corresponde ao ajustamento positivo. Muitos investigadores desenvolvimentistas definiram o ajustamento positivo com base no alcance de uma série de comportamentos definidos em sociedade ou cultura como sendo apropriados para a sua faixa etária – as tarefas ou estágios de desenvolvimento, sendo esta definição baseada num critério de competência ou expectativas culturais para a idade segundo a teoria do desenvolvimento ao longo da vida (Luthar & Zigler, 1991; Masten, 2001; Masten & Coatsworth, 1998). No entanto, outros investigadores, sobretudo das áreas da prevenção do abuso de substâncias ou psicopatologia, consideram que uma competência elevada não é, contudo, o único ou mesmo o tópico preferencialmente usado para definir uma adaptação de sucesso em

termos do conceito de resiliência. Estes investigadores consideram que a resiliência poderá corresponder à mera ausência de psicopatologia, a níveis reduzidos de sintomas ou à ausência de desajustamento emocional e comportamental (Luthar et al., 2000; Tiet et al, 1998; cit. por Masten, 2001), sendo este um aspecto considerado no presente projecto de investigação.

1.1.2. Estudo da Resiliência

A investigação sistemática da resiliência na infância emergiu de estudos sobre a vulnerabilidade relativamente à doença mental (Masten & Gewirtz, 2006). No entanto, ao longo do tempo, situações como dificuldades familiares e pessoais severas, como doença física, maus-tratos, separação familiar e divórcio, pobreza crónica, doença mental dos pais, desemprego parental, famílias monoparentais, gravidez na adolescência ou violência (Dryfoos, 1990; cit. por em Masten & Coatsworth, 1998; Garmezy & Rutter, 1983; cit. por Ugar, 2005) têm sido também apontadas como condições de vida adversas.

Norman Garmezy (1991), Michael Rutter (1987), Emmy Werner (1992; cit. por Luthar & Cicchetti, 2000) foram alguns dos pioneiros destes estudos da resiliência em crianças que procuraram identificar os conceitos relacionados com os resultados negativos e, também, positivos entre os grupos particulares de risco elevado. Na verdade, a investigação nesta área procura, tipicamente, identificar os factores de vulnerabilidade e os factores protectores que podem modificar os efeitos negativos das circunstâncias de vida adversas, presentes nos indivíduos que funcionam bem, apesar da presença de factores de risco potencialmente destrutivos ou incapacitantes (Garmezy, 1991).

Actualmente, além destes factores, o estudo da resiliência visa identificar os mecanismos ou processos que podem estar subjacentes às associações encontradas. De facto, observou-se um aprofundamento do estudo nesta área que partiu da identificação empírica dos factores de vulnerabilidade e protecção até à exploração dos processos subjacentes aos seus efeitos, sendo que este avanço possibilitará uma melhor compreensão e explicação dos fenómenos (Luthar & Cicchetti, 2000; Winfield, 1994).

1.1.3. Definindo factores de risco e de protecção

Um nascimento prematuro, situações de pobreza, a doença mental de um dos pais, condições de divórcio, guerra, catástrofes naturais ou maus-tratos são muitas das situações adversas para crianças e adolescentes estudadas pelos investigadores do risco e da resiliência (Masten & Powell, 2003). Segundo estes autores, as condições acima referidas correspondem a factores de risco estabelecidos para o desenvolvimento dos jovens.

Os factores de risco e de protecção foram conceptualizados como sendo os lados opostos de um único *continuum* (Brook, Whitman, Gordon, & Cohen, 1989; cit. por Zimmerman & Arunkumar, 1994). Neste sentido poder-se-ia considerar, por exemplo, que um índice elevado de religiosidade constituiria um factor protector contra o abuso de substâncias, enquanto um índice reduzido de religiosidade poderia constituir um factor de risco associado ao aumento de consumo de drogas. No entanto, Rutter (2003; cit. por Luthar & Latendresse, 2005) explicou, através de diversos exemplos, as causas que sustentam o facto de este efeito não acontecer necessariamente. O investigador apontou para alguns factores que têm efeitos apenas no extremo da vulnerabilidade, como a gravidez na adolescência, por exemplo, que pode conduzir a resultados negativos para as crianças enquanto uma gravidez mais tardia não conduz, necessariamente, a um bem-estar excepcional. Outros factores podem apenas apresentar efeitos salutareos, como um talento musical notável, que pode levar a experiências de sucesso, enquanto um défice nessa área não implica um risco ou infelicidade.

Os factores ou marcadores de vulnerabilidade, denominados por factores de risco, incluem aqueles que aumentam os efeitos negativos da condição de risco (Luthar & Cicchetti, 2000). Mais especificamente, Coie e colaboradores (1993; cit. por Simões, 2007) referem os factores de risco como variáveis que aumentam não só a probabilidade de aparecimento, mas também a gravidade e a duração dos problemas, tratando-se de variáveis associadas a elevados índices de desajustamento. Entre os jovens que vivem no contexto ecológico de pobreza urbana, por exemplo, o género masculino pode ser um marcador de vulnerabilidade pois os rapazes são, tipicamente, mais reactivos do que as raparigas às influências negativas da comunidade (Luthar, 1999; cit. por Luthar & Cicchetti, 2000).

Por outro lado, os factores protectores são aqueles que modificam os efeitos do risco numa direcção positiva (Fergus & Zimmerman, 2005; Luthar & Cicchetti, 2000).

Segundo Simões (2007) os factores de protecção referem-se a variáveis que servem para diminuir ou eliminar as influências negativas de se estar exposto ao risco. Exemplos incluem um *locus* de controlo interno ou o estabelecimento de relações positivas com, pelo menos, um adulto. Dentro dos grupos dos jovens expostos a adversidades significativas, aqueles que apresentam estas condições adaptam-se melhor do que os que não as exibem (Luthar & Zigler, 1991). Assim, percebe-se que os factores de protecção se refiram às variáveis que servem para diminuir ou eliminar as influências negativas de se estar exposto ao risco (Simões, 2007). A investigadora Emmy Werner (1989/1994; cit. por Simões, 2007) refere que “para a resiliência é necessário um equilíbrio entre factores de risco e de protecção. E são precisamente estes factores de protecção que se podem desenvolver, estimular, ou melhorar, para que seja possível fazer face a riscos que muitas vezes são extremamente difíceis, e por vezes, mesmo impossíveis de mudar (p. 93).”

Os factores de risco e de protecção podem, cada um deles, derivar de níveis múltiplos de influência: a comunidade, a família e o indivíduo (Luthar & Zigler, 1991). Exemplos de níveis comunitários influentes consistem na exposição de violência no bairro (vulnerabilidade) e nas relações de suporte com adultos na escola (protecção). Ao nível da família, exemplos relevantes incluem disciplina inconsistente ou rígida por parte dos pais, em oposição a relações responsivas e emocionais. Ao nível do indivíduo, surgem exemplos como a vulnerabilidade exacerbada às situações adversas, o que inclui um controlo pobre dos impulsos ou uma inteligência baixa, enquanto os atributos protectores incluem um sentido de auto-eficácia ajustado.

Torna-se premente referir que diversos investigadores conceptualizaram os factores de risco como sendo estáticos, ou seja, na presença de qualquer um deles já se previam consequências negativas. No entanto, embora factores como a pobreza, o divórcio e a toxicodependência habitualmente sejam prejudiciais, considerar se irão constituir um risco ou não, dependerá do impacto destes factores para os sujeitos (Cowan et al., 1996; cit. por Gil, 2006). Portanto, uma situação não pode ser considerada “de risco” *a priori* (Luthar, 1991), o que deverá ser considerado quando analisamos, por exemplo, a condição de pobreza a que muitas crianças estão sujeitas.

É, ainda, fundamental não confundir factores de risco com processos de risco. Por exemplo, a pobreza e desvantagem social estão associadas a um aumento do risco de psicopatologia em qualquer altura da vida (Garmezy, 1991). No entanto, a investigação tem revelado ser pouco provável que os processos de risco se encontrem na

privação económica em si e tem vindo a sugerir que os efeitos destas desvantagens estão associados à desorganização e quebra na estrutura familiar, frequentes nestes contextos (Rutter, 1996; cit. por Simões, 2007). De seguida serão descritos os diversos modelos de resiliência que explicitam estes processos ou mecanismos de risco e de resiliência.

1.1.4. Modelos de Resiliência

São inúmeros os estudos que descrevem os diversos mecanismos que possibilitam uma redução ou neutralização dos efeitos adversos ou de risco. Nestes mecanismos identificam-se os seguintes componentes: os factores de risco, os factores de protecção e as consequências ou resultados. É a existência dos factores de risco que nos permite identificar como sendo resiliência, uma vez que, sem risco, apesar de decorrerem processos adaptativos com implicações no ajustamento dos indivíduos, não nos encontramos perante este fenómeno. Apenas perante os factores de risco é que se torna possível encontrar os factores protectores que evitam o aparecimento de resultados negativos.

Muitos investigadores sugeriram modelos diferentes, referindo-se ao mesmo mecanismo com diferentes nomenclaturas. No entanto, apresentaremos apenas a descrição de Garmezy, Masten e Tellegen (1984) que inclui três modelos de resiliência: 1) o modelo compensatório; 2) o modelo de desafio; e 3) o modelo de factor protector.

1) O **MODELO COMPENSATÓRIO**, sendo o mais simples, postula que os factores de protecção conseguem compensar os efeitos dos factores de risco (Garmezy et al., 1984), ou seja, este modelo envolve um efeito directo de um factor protector através de um resultado, sendo este efeito independente do efeito de um factor de risco (Fergus & Zimmerman, 2005). Deste modo, os factores de risco não interagem com os factores de protecção, já que influenciam o resultado de forma directa e independente (Zimmerman & Arunkumar, 1994). Neste modelo, tanto os factores de risco como os de protecção contribuem para a predição do resultado (Masten, Garmezy, Tellegen & Pelligrini, 1988; cit. por Zimmerman & Arunkuma, 1994). Para exemplificar o modelo compensatório podemos pensar nos jovens que vivem na pobreza e que têm, assim, uma maior probabilidade de cometerem comportamentos violentos comparativamente aos que não vivem neste contexto. No entanto, a supervisão do comportamento por um adulto pode ajudar a compensar os efeitos negativos da pobreza (e.g. Zimmerman,

Birgenheimer & Notaro, 2002). Desta forma, a análise do modelo envolve examinar os efeitos directos e lineares dos factores de protecção e de risco.

2) O **MODELO DE DESAFIO** realça que o risco poderá ter efeitos positivos desde que não seja excessivo ou que não ultrapasse a capacidade do indivíduo para lidar com o stress (Simões, 2007). Neste modelo, os níveis reduzidos de stress não desafiam suficientemente o indivíduo enquanto os níveis elevados de stress o conduzem ao desespero. Assim, ambas as posições anteriores poderão resultar num comportamento não adaptativo (Fergus & Zimmerman, 1994), o que sugere que a exposição a níveis reduzidos ou elevados de um factor de risco estará associada a resultados negativos, mas que níveis moderados de risco estarão relacionados a resultados menos negativos (ou positivos) (Garmezy et al., 1984). Estes níveis moderados de stress proporcionam, ao indivíduo, um desafio que quando é superado, fortalece a sua competência. Se o desafio for bem sucedido, ajudará e preparará o indivíduo para a próxima dificuldade. Se este esforço para atingir o desafio não for bem sucedido, o indivíduo pode tornar-se cada vez mais vulnerável ao risco (Fergus & Zimmerman, 1994). A ideia central deste modelo é que os indivíduos expostos a níveis moderados de risco são confrontados com factores de risco suficientes para aprender como superá-los mas não são expostos a riscos tão elevados que tornar-se-ia impossível ultrapassá-los. Esta exposição a níveis moderados de risco pode ser benéfica na medida em que providencia aos jovens a oportunidade de praticar as competências ou aprender a recorrer a fontes exteriores. A exposição ao risco, contudo, deve ser desafiadora o suficiente para despoletar as respostas de *coping* para que a pessoa possa aprender, a partir do processo de ultrapassar o risco. Assim, os sujeitos expostos a uma quantidade moderada de stress apresentam melhores resultados comparativamente àqueles que estão muito mais ou muito menos expostos (Simões, 2007).

No modelo de desafio, os factores de risco e de protecção constituem a mesma variável, que pode corresponder a um risco ou protecção, dependendo do nível de exposição (Fergus & Zimmerman, 2005). Muito pouco conflito familiar, por exemplo, pode não apresentar a oportunidade ao jovem de aprender como lidar ou resolver os conflitos interpessoais fora do ambiente familiar, mas, demasiado conflito pode levar o jovem a sentimentos de desespero e stress. Um nível moderado de conflito, contudo, pode providenciar aos jovens uma exposição suficiente que proporcione a aprendizagem de como lidar e resolver os conflitos (Edari & McManus, 1998 cit. por Fergus &

Zimmerman, 2005). É essencial que a aprendizagem inclua, também, a modelagem ou experiência vicariante.

3) O **MODELO DO FACTOR PROTECTOR** supõe que os factores de protecção podem operar de diversas formas para influenciar os resultados. De modo a reduzir os equívocos nas conotações dos termos centrais da resiliência, Luthar (1993 cit. por Luthar et al., 2000) defende a incorporação de termos mais diferenciados para categorizar os processos salientes. As características com efeitos melhores – operando em ambas as condições de risco elevado ou reduzido – poderão ser rotuladas de “protectoras” tal como são denominadas por diversos investigadores. Os factores protectores podem operar de diversas formas para influenciar os resultados, sendo que as pessoas com as características em questão apresentam sempre melhor desempenho do que os indivíduos que não as têm. Exemplificando, o modelo protector existe se a relação entre pobreza e comportamento violento for reduzida devido aos níveis elevados de suporte parental. Neste exemplo, o suporte parental opera como factor protector porque modera os efeitos da pobreza no comportamento violento.

O modelo do factor protector distingue-se do modelo compensatório pois no primeiro os factores protectores interagem com os factores de risco reduzindo a probabilidade de resultados negativos, enquanto no segundo os factores protectores e de risco são independentes (Zimmerman & Arunkumar 1994).

No modelo do factor protector, os factores de protecção podem apresentar efeitos directos sobre os resultados, mas o seu efeito revela-se mais forte na presença dos factores de risco. De acordo com Luthar e colaboradores (2000) os factores de protecção podem estar envolvidos em quatro diferentes tipos de processos: protectores estabilizadores, protectores promotores, protectores reactivos e apenas protectores.

Se um atributo ajuda a manter a estabilidade do desempenho em função de diferentes níveis de stress, então estamos perante um *efeito protector estabilizador* (modelo A da figura 1). Segundo este efeito, o factor protector ajuda a neutralizar o efeito do risco. Assim, níveis elevados de risco encontram-se associados a níveis elevados de resultados negativos quando o factor protector está ausente, no entanto, essa mesma relação não acontece quando o factor protector estiver presente (Fergus & Zimmerman, 2005). Por exemplo, entre os jovens cujos pais não providenciam suporte adequado ou supervisão (factores de risco) distingue-se aqueles que não apresentam um adulto mentor (um factor protector) e aqueles que apresentam um mentor. Os primeiros

tendem a exibir mais comportamentos delinquentes (resultado), do que aqueles com um mentor adulto (Zimmerman, et al., 2002).

Se o factor protector ajuda a pessoa a lidar com o stress e, como tal, amplia a sua prestação em situações adversas, estamos perante o *efeito protector promotor* (modelo B da fig. 1). Neste caso, um factor protector aumenta o efeito de um outro factor promotor na produção de um resultado. Por exemplo, o suporte parental pode aumentar o efeito positivo da competência académica para produzir resultados académicos mais positivos do que qualquer outro factor isolado.

No entanto, é importante ressaltar que a resiliência requer a presença de risco. Para que o modelo protector possa ser um modelo de resiliência tem que, pelo menos, ter dois factores protectores que sejam estudados numa população definida como estando em risco para um resultado negativo particular (Fergus & Zimmerman, 2005).

Se o factor é protector mas, principalmente, em situações de baixo stress, uma vez que a prestação diminui à medida que o stress aumenta, traduzindo-se num efeito de melhoria directa, então trata-se de um *efeito protector reactivo* (modelo C da fig. 1). Segundo este modelo, o factor protector diminui o risco mas não o remove completamente. No entanto, a relação entre o risco e o resultado é mais forte quando o factor protector está ausente. Adolescentes que abusam de drogas, por exemplo, podem ter maior probabilidade de se envolverem em comportamentos sexuais de risco. A relação entre o abuso de drogas (um factor de risco) e o comportamento sexual de risco (um resultado), contudo, pode ser mais fraca entre adolescentes que são expostos a uma educação sexual nas suas escolas do que entre os adolescentes que não receberam tal educação (Fergus & Zimmerman, 2005).

O *efeito protector* corresponde àquele em que os efeitos das características apenas têm resultados de melhoria directa (modelo D da fig. 1). Este efeito corresponde, por sua vez, aos factores intitulados por Garmezy (1987; cit. por Simões, 2007) de recurso ou compensatórios, na medida em que envolve um efeito principal, isto é, protecção quer em situações de risco reduzido quer em situações de risco elevado. Este modelo de resiliência, sendo o mais estudado, postula que um factor protector interage com um factor de risco na redução da probabilidade de um resultado negativo. Actua no sentido de moderar ou reduzir o efeito da exposição ao risco e age como um canal através da modificação da resposta a um factor de risco (Fergus & Zimmerman, 1994; Garmezy et al., 1989). Um factor protector pode ter um efeito directo no resultado, mas o seu efeito é mais forte na ausência do “stressor”. Garmezy e colaboradores (1984)

referem um modelo equivalente como sendo *imunitário vs. vulnerável*. De modo a exemplificar este modelo, podemos considerar os casos em que a relação entre pobreza e comportamento violento é reduzida devido aos níveis elevados de suporte parental (e.g. Lerner & Galambos, 1998). Nesta situação, o suporte parental opera como factor protector porque modera os efeitos da pobreza no comportamento violento.

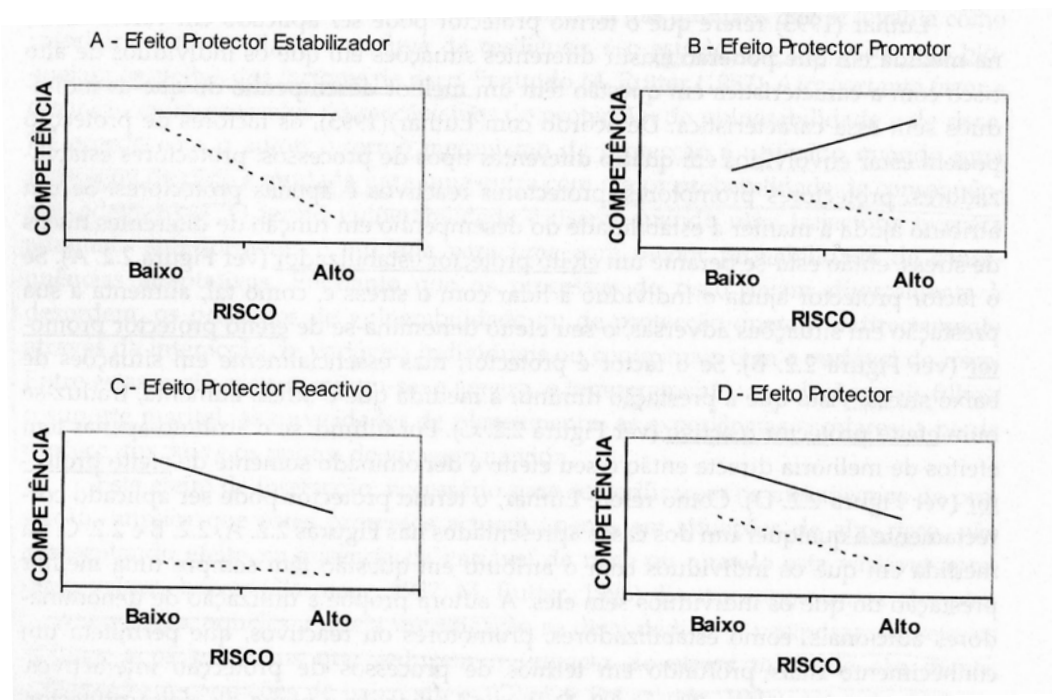


Figura 1 – Possíveis efeitos de interacção entre um factor de protecção com um factor de risco em relação à competência. Adaptado de Luthar et al. (2000, p. 547).

1.2. VULNERABILIDADE, RESILIÊNCIA E CONTEXTO ECONÓMICO

1.2.1 Vulnerabilidade e resiliência associados a situações de pobreza

“Sempre terão pobres convosco e que bem precisam da vossa ajuda;
poderão socorrê-los sempre que quiserem”

Marcos 14:7. Bíblia: versão O Livro

Segundo o Relatório sobre a Situação Mundial da Infância (2005) da UNICEF “as crianças que vivem na pobreza são privadas dos recursos materiais, espirituais e emocionais de que necessitam para sobreviverem, desenvolverem-se e prosperarem, ficando incapazes de gozar os seus direitos, atingir o seu pleno potencial ou participar como membros plenos e iguais na vida da sociedade” (p.10).

Surpreendentemente, são 40 a 50 milhões, as crianças que nos países pertencentes à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) crescem no limiar de pobreza, em alguns dos países mais ricos do mundo (UNICEF, 2005).

As estatísticas da Eurostat revelam que 20% da população portuguesa vive na pobreza, o que corresponde a cerca de dois milhões de pessoas. Na União Europeia, a taxa de pobreza situa-se nos 16%, o que coloca Portugal no topo 10 dos estados-membros mais pobres. Os números são ainda mais assustadores segundo o Relatório da Comissão Europeia pois considera Portugal como sendo o segundo país da União Europeia onde o risco de pobreza infantil é maior. Uma em cada cinco crianças portuguesas está exposta ao risco de pobreza, fazendo de Portugal o país da União Europeia, a seguir à Polónia, onde as crianças são mais pobres ou correm maior risco de cair nessa situação.

O conceito de pobreza é mais complexo do que se assume à partida uma vez que não consiste num fenómeno unilateral nem é assumido como sendo sinónimo de um estatuto socioeconómico baixo (Huston, McLoyd, & Coll, 1994). Enquanto nos anos 60 e 70 a investigação conceptualizava a desvantagem económica como um fenómeno estático, estudos posteriores enfatizaram a dimensão dinâmica da pobreza (McLoyd, 1998). Actualmente, a definição do estatuto socioeconómico aponta para uma hierarquia de acordo com o acesso ou controlo de algumas condições como a riqueza, poder ou estatuto social (Huston et al, 1994), sendo estimado através de indicadores como o estatuto profissional, o nível de escolaridade, o prestígio e o poder. A situação de

pobreza é, consideravelmente, mais volátil já que as mudanças de rendimento são mais frequentes do que os indicadores referidos (Ducan, 1984 cit. por Huston et al., 1994; McLoyd, 1998). A definição de pobreza estará sempre relacionada com o tempo e o local, sendo uma variável extremamente sensível à dimensão contextual. Consequentemente, os limiares de pobreza baseados no rendimento têm que ser estabelecidos em relação aos rendimentos típicos da região geográfica em causa e devem ser regularmente actualizados. A pobreza define-se, assim, como a situação dos que estão abaixo do rendimento médio da sociedade, sendo o rendimento económico a variável considerada nos estudos actuais para representar este conceito (McLoyd, 1998). Uma criança deve ser considerada pobre se o rendimento para ela disponível, partindo do princípio de que existe uma distribuição equitativa dos recursos no seio da família e tendo em conta a dimensão e composição da família, for inferior a metade do rendimento médio disponível para as crianças dessa sociedade.

Além do rendimento económico têm sido utilizados em investigações outros indicadores da privação económica como o desemprego dos pais, um trabalho instável, a perda de rendimento e um baixo nível socioeconómico (Huston, et al., 1994), embora cada um destes indicadores não coincida com a noção de pobreza, uma vez que nenhum deles conduz, inevitavelmente, as famílias a esta condição. No entanto, é verdade que os estudos têm apontado para o estatuto profissional baixo dos pais, o que inclui um nível de educação baixo da mãe, para um agregado familiar numeroso, para a pertença a um grupo minoritário e para a ausência de um dos pais, como factores específicos que, frequentemente, estão associadas às famílias de baixo rendimento económico (Rutter & Quinton, 1977; cit. por Luthar, 1991).

Torna-se, então, saliente discriminar e analisar os riscos associados a este extremo económico.

A pobreza tem sido um dos factores de risco mais estudados na pesquisa do risco (Luthar, 1991). Parece que as pessoas com desvantagem económica, comparadas com as que vivem em contextos de condições financeiras mais favoráveis, estão mais expostas a acontecimentos de vida negativos e stressantes (Simões, 2007), encontrando-se mais susceptíveis a ameaças ambientais como a violência na rua, os modelos negativos ou aos consumos de drogas (Zigler, 1994; cit. por McLoyd, 1998). Segundo McLoyd (1998), as pessoas que vivem em comunidades pobres apresentam, ainda, menor acesso a empregos, menor qualidade de serviços públicos e privados (e.g. serviços de saúde, escolas, parques, centros comunitários) e menor suporte social informal.

Werner e colaboradores (1971, 1977, 1982; cit. por Garmezy, 1991) num estudo longitudinal de quatro décadas sobre crianças que nasceram em contextos de pobreza no Kauai, uma ilha do Havai, observaram que estas apresentam, desde o seu nascimento, stress perinatal biológico precoce que, subseqüentemente, perdura perante a instabilidade familiar. Estudos revelaram que meios em que se verificam condições habitacionais deficientes, desemprego ou famílias numerosas impedem a satisfação de certas necessidades básicas de saúde e educação, principalmente, nas crianças.

De facto, a investigação tem vindo a apontar para a exposição à pobreza como um factor agravante do risco. Parece que viver num contexto económico baixo pode aumentar a vulnerabilidade das crianças, habitualmente expressa através de competências cognitivas, sociais e emocionais limitadas (Gil, 2006). Na investigação de Duncan, Brooks-Gunn, e Klebanov (1994; cit. por Huston et al., 1994), as crianças oriundas de famílias que experienciam quer a pobreza persistente quer a ocasional revelaram quocientes de inteligência inferiores e maior incidência de problemas de comportamento internalizante comparativamente às crianças que nunca foram pobres, no entanto, a pobreza persistente tem um efeito muito mais intenso nos resultados do que a ocasional. Além disso, parece que estas crianças revelaram capacidades vocabulares e verbais inferiores, sendo estas competências preditivas do desempenho escolar e de literacia (Smith et al., 1997; cit. por McLoyd, 1998). Parece, também, que as crianças que sofrem de privação económica podem adoptar comportamentos mais dependentes dos pais, tornando-se mais vulneráveis às suas pressões negativas. Comparativamente às crianças de famílias economicamente estáveis, as crianças que sofrem de privação económica tendem a envolverem-se em mais comportamentos desaprováveis e a violar as regras da escola (Flanagan, 1988; cit. por McLoyd, 1989).

No que respeita à adolescência, a investigação demonstra que a pobreza faz exacerbar os comportamentos de risco dos jovens (Hambur; 1991; cit. por Lerner & Galambos, 1998). Quando os adolescentes vivem em contextos de pobreza, tendem a movimentarem-se livremente entre a casa e a escola, sem qualquer controlo exterior. Esta característica poderá conduzir os adolescentes a um menor investimento na escola e ao uso das suas competências em áreas distintas do investimento académico (Luthar, 1991). Por outras palavras, esta liberdade dos jovens e o excessivo tempo que passam na rua, no bairro ou nalgum outro local sem supervisão de um adulto, poderá conduzi-los a envolverem-se em actividades menos apropriadas e até prejudiciais (e.g. comportamentos anti-sociais). Os jovens pobres apresentam maior probabilidade de

abandonarem a escola, o que pode conduzir a uma taxa de desemprego mais acentuada e a empregos mais precários (Birch & Gussow, 1970; cit. por Garnezy, 1991), à dependência de apoio social a longo prazo, ao crime violento e a sentimentos de desespero (Schorr, 1988; cit. por Lerner & Galambos, 1998). Ainda em relação aos adolescentes que sofrem de privação económica, a evidência empírica indica que estes vivem em risco mais elevado de desenvolverem uma baixa auto-confiança, problemas de conduta, depressão e conflitos com os pares devido às diversas exigências que a sua condição lhes impõe. Além disso, os jovens pobres apresentam uma maior probabilidade de contraírem problemas severos de saúde (e.g. subnutrição), de sofrer distúrbios físicos, mentais, abuso físico, negligência e ferimentos não-intencionais (Birch & Gussow, 1970; cit. por Garnezy, 1991; Simons et al, 1991; cit. por Lerner & Galambos, 1998). A pobreza também está relacionada com um maior envolvimento dos jovens em perturbações civis e violência urbana (Lerner & Galambos, 1998). Relativamente aos estudos na população portuguesa, parece que a desvantagem económica, segundo a investigação de Margarida Gaspar de Matos e a Equipa do Projecto Aventura Social e Saúde (2003), afecta a saúde dos adolescentes por várias vias. A pobreza limita o acesso dos adolescentes aos serviços de saúde e reduz ou o bem-estar psicológico e desenvolvimento pessoal e social, enfraquecendo as expectativas dos adolescentes em relação a uma igualdade de oportunidades.

Apesar de serem inúmeras as consequências associadas ao contexto de pobreza, a investigação tem revelado que é pouco provável que os processos de risco se encontrem na pobreza ou nas más condições de vida em si (Gil, 2006; Simões, 2007). Deste modo deparamo-nos com um aspecto fulcral para a compreensão deste fenómeno social, nomeadamente, a identificação dos processos subjacentes a estes resultados. Procuraremos, assim, analisar os verdadeiros mecanismos implícitos entre a pobreza e os efeitos negativos que lhe estão associados.

Na perspectiva de Fergus e Zimmerman (2005), uma abordagem que pretenda clarificar os mecanismos da pobreza que conduzem aos resultados negativos poderá focar os défices aos quais esta poderá estar relacionada, tal como as experiências adversas das crianças e dos adolescentes, as práticas parentais ou os meios comunitários limitados (e.g. escolas; centros comunitários; centros de saúde).

Considerando o primeiro aspecto referido, torna-se importante salientar que as crianças e jovens que crescem em contextos de pobreza enfrentam um conjunto de experiências adversas que os posicionam face a um risco elevado de problemas

comportamentais e emocionais (Huston, et al., 1994; Mezzacappa & Beardslee, 2003). Verifica-se, porém, que muitas destas experiências não são exclusivas destes ambientes, apesar de ser verdade que estas crianças e jovens revelam uma maior probabilidade de testemunhar violência, vandalismo, tráfico de drogas, abuso de substâncias ilegais e outras formas de crime, quando comparados com crianças e jovens de classes médias e altas (Luthar & Latendresse, 2005). A rápida sucessão de acontecimentos negativos nas suas vidas torna-os vulneráveis (McLoyd 1998; cit. por Simões 2007) limitando a sua capacidade de resposta e o tempo necessário para recuperar.

Relativamente às práticas parentais, parece que estas influenciam as experiências psicológicas subjectivas das crianças e dos adolescentes. A investigação parece indicar que o mesmo nível de rendimento económico ou conforto material pode ser percebido de formas muito distintas dependendo, por exemplo, do facto dos pais comunicarem com os filhos (Huston et al., 1994). A pesquisa de McLoyd, Jayaratne, Ceballo e Borquez (1994 cit. por Huston et al., 1994) demonstra que as experiências subjectivas dos adolescentes de privação económica podem constituir um mediador importante dos efeitos da pobreza no bem-estar psicológico. A privação subjectiva, provavelmente, também depende da comparação social com os seus grupos de referência na escola, bairro e com os *media*, sendo que as crianças e os adolescentes podem perceber-se como pobres ou ricos através dessas comparações mais do que através de critérios económicos “objectivos” (Huston, et al., 1994). Esta questão toma um papel preponderante com a puberdade, uma vez que a comparação social se torna um aspecto central na vida do adolescente (Sprinthall & Collins, 1999).

São vários os estudos efectuados sobre a influência das práticas parentais em contextos de pobreza. Os investigadores Robert J. Sampson e John H. Laub (1994), encontraram resultados impressionantes numa nova análise dos resultados do estudo clássico de Glueck. Este estudo envolveu quinhentos jovens delinquentes e quinhentos jovens não delinquentes provenientes de bairros com baixo rendimento económico. Parece que a pobreza da família inibe os processos familiares de controlo social informal, o que conduz a um aumento da probabilidade de ocorrer delinquência juvenil. Esta análise sugere que uma disciplina austera, irregular e ameaçadora, uma baixa supervisão e uma ligação emocional fraca entre pais e filhos influenciam os efeitos da pobreza e os factores estruturais da delinquência.

Acreditamos, então, que a pobreza pode conferir risco às práticas parentais, e consequentemente, induzir a um mau ajustamento das crianças e jovens. Na verdade, a

literatura revela que o rendimento familiar baixo provoca stress nos pais (e.g. maiores índices de violência doméstica; abuso de substâncias e problemas de saúde mental). Parece que os pais que têm níveis mais elevados de stress percebem os cuidados parentais como sendo difíceis e menos satisfatórios e exibem menos comportamentos positivos dirigidos aos seus filhos. As suas práticas parentais são dominadas por uma expressão de afecto baixa e proximidade emocional reduzida, por comportamentos de menor aprovação e por padrões de disciplina críticos e rígidos. Os pais que experienciam mais acontecimentos negativos são mais distantes, restritivos e punitivos para os seus filhos e fornecem-lhes ambientes menos estimulantes para estes (McLoyd, 1998; Conger, Wallace, Sun, Simons, McLoyd, & Brody, 2002).

Então, parece que a privação económica se repercute nas práticas parentais, originando dificuldades relacionais associadas à psicopatologia entre crianças e adolescentes (e.g. ansiedade; depressão), a problemas de conduta (e.g. delinquência; consumos de substâncias ilícitas) e a resultados escolares insuficientes (McLoyd, 1998; Conger et al., 2002). Rutter (1996 cit. por Simões, 2007) chega mesmo a afirmar que grande parte das consequências negativas associadas à pobreza se devem à desorganização e quebra na estrutura familiar.

Por outro lado, parece que o suporte social familiar promove o ajustamento dos jovens pobres, bem como possibilita a resiliência para enfrentar os eventos de vida negativos (Spencer, 1983; cit. por Lerner & Galambos, 1998). Embora a investigação saliente a prevalência de dificuldades relacionais entre pais e filhos em contextos de privação económica, nem todas as famílias obedecem a este padrão comportamental. Diversos estudos realçam as relações mais saudáveis dos adolescentes com os seus progenitores. Os investigadores Connell, Spencer e Aber (1994 cit. por Huston et al., 1994), num estudo que envolveu os resultados das práticas educativas em três grupos de jovens afro-americanos, mencionaram que as acções dos adolescentes eram mais influenciadas pela sua percepção do suporte da família, sentido de controlo face ao desempenho escolar, sentimentos de auto-apreciação e relações emocionais com as suas mães do que pelo género, tipo de família ou condições económicas da sua zona habitacional. Na verdade, a literatura tem vindo a revelar que o suporte social familiar promove o ajustamento dos jovens pobres, bem como possibilita a resiliência para enfrentar eventos de vida negativos como a pobreza (Spencer, 1990 cit. por Lerner & Galambos, 1998).

A maior parte do foco de investigação tem sido direccionada para os processos familiares que medeiam os efeitos da privação económica. No entanto, outros factores além da família nuclear influenciam os efeitos da pobreza e o funcionamento e desenvolvimento psicológico. A literatura evidencia que as crianças e adolescentes que crescem em ambientes de pobreza crónica revelam, também, menos recursos comunitários como os parques ou actividades juvenis (Luthar & Latendresse, 2005). Outros dados apontam para o facto de muitos destes jovens serem deixados a “planear o seu próprio caminho”, a seguir as directrizes ambíguas ou os sinais confusos deixados pela família, grupo de pares, escola e local de trabalho (Ianni, 1989 cit. por Lerner & Galambos, 1998). As crianças e adolescentes provenientes de contextos de privação económica são sujeitos às expectativas reduzidas dos seus professores, sendo este um factor que contribui para o baixo rendimento académico (McLoyd, 1998).

Por outro lado, pensa-se que as interacções dos jovens com outros membros da família alargada, pares ou professores poderão desempenhar um papel preponderante para a compreensão dos caminhos em que a privação económica afecta os resultados do desenvolvimento e o trilho da vida. Muitos investigadores dedicaram-se a estudos focados nas relações da adolescência com os pais (e.g. Paikoff & Brool-Guna 1991; cit. por Beam, Chen & Greenberg, 2002; Luthar & Latendresse, 2005; Camacho & Matos, 2006) mas são relativamente poucos os estudos que têm avaliado as relações entre os adolescentes e outros adultos (e.g. membros da comunidade; professores, ou membros da família além dos pais). Na realidade, os pais são os adultos com maior representatividade e importância na vida da maioria das crianças, afectando o desenvolvimento das suas crenças, objectivos, atitudes e comportamentos mas, à medida que as crianças fazem a transição para a adolescência começam a contactar com um círculo mais estreito de adultos e a desenvolver um crescente número de relações com os pares (Beam et al., 2002).

Os estudos têm vindo a revelar que adultos membros da família alargada e outros significativos podem encorajar a resiliência nas crianças e jovens pobres através da modelagem de um comportamento positivo (e.g. modelos de reforço para a resolução de problemas; estratégias adaptativas de *coping*) e providenciando suporte directamente aos jovens (Beam, et al., 2002; Luthar & Zigler, 1991; Ugar, 2005; Winfield, 1994). No estudo de Williams e Kornblum (1985; cit. por McLoyd, 1998), o papel do modelo positivo do adulto teve uma importância proeminente nas vidas dos adolescentes afro-americanos que revelaram percursos resilientes. De modo semelhante, no estudo de

Werner e Smith (1982; cit. por McLoyd, 1998), a maioria das crianças “em risco” que revelaram trajetórias resilientes recebeu orientação e suporte de um mentor.

Em síntese, neste capítulo procurámos abordar aspectos conceptuais inerentes à pobreza, desejando clarificar as dificuldades intrínsecas à definição e estudo deste fenómeno social. Considerámos relevante para investigações relacionadas com a pobreza assumir como variável o valor do rendimento económico comparativamente a outras características frequentemente utilizadas em investigações (e.g. profissão dos pais).

De seguida, apresentámos diversos estudos que focam associações fortes entre os contextos de pobreza e uma maior prevalência de problemas emocionais e comportamentais entre crianças e adolescentes. Relativamente às dificuldades comportamentais, um baixo rendimento económico parece encontrar-se relacionado ao risco de delinquência, aos consumos de substâncias ilícitas e outros comportamentos denominados como sendo “de risco”.

Segundo os dados apresentados, a pobreza propriamente dita, contudo, não poderá ser apontada como sendo responsável pelos resultados a si associados, antes, aponta-se para uma variedade de mecanismos relacionados com este fenómeno social como sendo explicativos do risco. Factores como a relação dos adolescentes com os seus pais, os recursos comunitários ou a presença de um adulto de referência parecem mediar o grau de risco e de ajustamento dos jovens pobres.

1.2.2. Vulnerabilidade e resiliência associados a situações de riqueza

“Muitos há cujos olhos se tornaram cegos à força de contarem o dinheiro.

Muitos há que, pelo dinheiro, sacrificam o riso, a felicidade e até mesmo mulher e filhos.

Quase todos eles sacrificam a saúde ao metal redondo e ao papel forte, isto é, ao dinheiro.”

Papalagi: Discursos de Tuiavii Chefe de Tribo de Tiavéa nos Mares do Sul

Diversos investigadores, perante a literatura que apoia o baixo rendimento económico como um factor de risco, consideraram que um rendimento económico elevado seria, indubitavelmente, um factor protector (Garmezy, 1984); No entanto, a evidência empírica tem contrariado esta especulação. Actualmente, são apontadas as limitações de modelos que procurem ajustar-se a todas as perspectivas e contextos e verifica-se um incremento do esforço empírico para se estabelecer teorias sensíveis aos

diferentes contextos (Luthar & Latendresse, 2002). No entanto, contrariamente aos esforços que têm surgido para determinar modelos sobre a desvantagem económica (Huston, et al., 1994), têm ocorrido muito poucos estudos consideram as crianças e jovens do outro oposto do espectro económico, ou seja, aqueles que são oriundos de famílias abastadas (Luthar & Becker, 2002; Luthar & Latendresse, 2005).

A literatura epidemiológica sobre a comunidade com um nível económico elevado aponta para a existência de associações mais elevadas de depressão nos países desenvolvidos (Buss, 2000 cit. por Luthar & Becker, 2002). Em termos históricos, as últimas três décadas parecem indicar que os Americanos são duas vezes mais ricos, actualmente, mas não são, necessariamente, mais felizes do que costumavam ser. Na realidade, durante este período, os níveis de divórcio duplicaram, o suicídio dos jovens triplicou e os níveis de depressão dispararam, especialmente, entre os adolescentes e jovens adultos (Diener, 2000 cit. por Luthar & Latendresse, 2002; Meyers, 2000 cit. por Luthar & Latendresse, 2002). Os mecanismos que procuram explicitar tais acontecimentos apontam para a capacidade de rápida “habituação” dos indivíduos à nova riqueza e subsequente procura por mais, ou seja, para a ambição constante e insaciável das pessoas que mais perseguem o sucesso. O anonimato e a ausência de suporte emocional constituem elementos que caracterizam as condições da vida moderna nas comunidades ricas e conduzem a sentimentos de alienação e isolamento emocional que, também, são apontados como factores que aumentam os índices de depressão. As estruturas economicamente saudáveis, onde o índice de riqueza é elevado, podem provocar stress pois alteram o formato das redes relacionais de suporte, tornando os serviços adquiríveis por um custo monetário e não através de uma economia de troca (Luthar & Latendresse, 2005b). Os recursos financeiros possibilitam, também, a entrada ou não em grupos informais de interesse, de acordo com as aspirações, vontades e anseios sentidos pelas pessoas naquele momento (Tooby & Cosmides, 1996; cit. por Luthar & Latendresse, 2005a). Além destas características, parece que a perseguição da riqueza e fama conduziram a um menor investimento nas relações sócio-emocionais, já que as longas horas de trabalho reduzem o tempo de lazer (Luthar & Latendresse, 2002). Tal como Csikszentmihalyi (1999; cit. por Luthar & Becker, 2002) argumentou, parece que ao direccionar a energia da *psique* para um investimento em objectivos materiais torna-se típico que a sensibilidade a outros ganhos fique comprometida. De modo consistente ao argumento citado, a investigação de Kasser e Ryan (1993, 1996; cit. por Luthar & Latendresse, 2005a) evidenciou, empiricamente, que as pessoas cujos

objectivos de vida são o sucesso profissional e o prestígio, em detrimento da gratificação nas suas vidas pessoais, estão em “risco elevado” de sofrer de stress emocional.

O estudo das investigadoras Suniya Luthar e Nadia D’Avanzo (1999), que focava a análise do consumo de substâncias, sugeriu surpreendentemente muitos sinais de problemas em jovens estudantes oriundos de meios económicos abastados, sendo assim, pioneiro na investigação desta população. Estes jovens reportaram um uso significativamente mais elevado de cigarros, álcool, marijuana e drogas pesadas do que os da mesma idade provenientes de meios de privação económica e, ainda, comparativamente às amostras nacionais do seu país. Nesta investigação, as raparigas apresentaram sintomas de depressão com significância clínica três vezes mais elevados do que em amostras normativas e níveis mais elevados de ansiedade com significância clínica entre rapazes e raparigas comparativamente às normas. No estudo, os jovens abastados manifestaram um desajustamento muito elevado comparativamente à amostra de baixo-rendimento. Além de reportarem níveis mais elevados de uso de cigarros, álcool, marijuana e outras drogas ilícitas, estes estudantes também tinham menor probabilidade de serem abstémios do consumo de drogas. Aliás, revelaram níveis elevados de delinquência, semelhantes aos dos jovens provenientes de contextos de pobreza urbanos (e.g. roubos, mentira, engano, destruição de propriedade, e violência dirigida aos outros).

A investigação de Luthar e Ansary (2005) apontou, ainda, para a possibilidade de ocorrer um desinteresse pela escola, similar entre os jovens ricos e pobres, sendo que os dados do estudo sugerem risco significativo para a ocorrência de níveis inferiores aos esperados no que respeita às avaliações escolares.

Perante estes dados, parece que a cultura da riqueza se encontra estatisticamente associada a diversos riscos psicossociais (Luthar & Latendresse, 2005b), sendo esta adversidade um conceito subjacente à definição de “resiliência” (Luthar & Cicchetti, 2000). Deste modo, pensamos estar perante um novo campo de estudo da resiliência onde as escassas investigações realizadas envolveram os métodos mas não os modelos da resiliência.

Atendendo, novamente, às perturbações associadas a um rendimento económico elevado, surge uma questão preponderante: o que conduz os jovens, aparentemente, “privilegiados” a adoptarem comportamentos de risco?

De modo a atender à questão colocada, torna-se necessário considerar que as crianças e jovens de classes elevadas, cujos pais revelam níveis elevados de educação formal, e que são, frequentemente, encarados como um grupo de “baixo risco”, experienciam diversas pressões desconhecidas (Luthar & Ansary, 2005; Luthar & Latendresse, 2005a).

Ao verificar o percurso de desajustamento entre os jovens ricos, Luthar e Latendresse (2005a) apontaram para a existência de um nível elevado de perfeccionismo entre estes jovens. Parece que os resultados sugerem que os jovens oriundos de meios abastados percebem os seus erros ao procurar alcançar os seus objectivos como fracassos pessoais, estando este perfeccionismo intimamente relacionado com um elevado índice de depressão, ansiedade e abuso de substâncias. Parece que os pais dos jovens ricos valorizam mais aquilo que eles fazem do que aquilo que são, conduzindo-os a investirem mais nos seus compromissos do que no seu sentido de valor próprio (Luthar & Becker, 2002). Nas comunidades abastadas é, também, altamente valorizado que as crianças e jovens sejam admitidos em colégios de prestígio, conduzindo-os a sentirem-se altamente impelidos em procurar exceder não só o seu desempenho académico como também as suas habilidades nas diversas actividades extracurriculares (Luthar & D’Avanzo, 1999). Parece que esta sobrevalorização dos pais pelo esplendor da realização dos filhos, em detrimento do seu sentido de integridade pessoal, é consonante com os estudos citados anteriormente que mostram que pessoas que enfatizam os objectivos extrínsecos, como o sucesso e o dinheiro, comparativamente às que perseguem os intrínsecos, como as relações íntimas ou desenvolvimento pessoal, tendem a revelar uma saúde mental mais pobre e um menor bem-estar psicológico do que os segundos (Kasser & Ryan, 1993/1996; cit. por Luthar & Latendresse, 2005a).

Outro aspecto que tem sido mencionado como estando subjacente aos comportamentos desajustados dos adolescentes oriundos de comunidades abastadas tem sido o afastamento dos adultos, quer seja este literal quer emocional (Luthar & D’Avanzo, 1999). As investigadoras Luthar e Ansary (2005) referem que em muitas famílias de classe média superior, os estudantes do ensino secundário apresentaram pouca ou nenhuma supervisão por um adulto depois da escola. Parece que este fenómeno reflecte não uma falta de cuidado pelos filhos, mas a crença dos pais de que este comportamento promove auto-suficiência nas crianças (Luthar & Latendresse, 2005a; Luthar & Latendresse, 2005b).

Relativamente ao afastamento emocional, a investigação (U.S. Department of Health and Human Services, 1999; cit. por Luthar & Ansary, 2005) tem revelado que, nos jovens com idades compreendidas entre os doze e os dezassete anos, a proximidade com os pais tende a ser inversamente ligada ao rendimento económico familiar. Parece que as exigências profissionais das carreiras dos pais podem afectar o “tempo de família” e de lazer com os filhos, comprometendo a proximidade emocional entre ambos (Luthar & D’Avanzo, 1999). Além deste factor, a diversidade de actividades extracurriculares dos jovens de meios socioeconómicos abastados poderá, também, contribuir para este problema. A investigação sugere que a proximidade aos pais, particularmente às mães, pode atenuar o impacto das forças negativas para muitas crianças (Luthar & Ansary, 2005). As investigadoras portuguesas Inês Camacho e Margarida Gaspar de Matos (2006) afirmam, ainda, que “os modelos parentais, as expectativas e os métodos educativos determinam largamente o repertório de comportamento da criança, bem como as suas atitudes e objectivos” (p. 317).

Embora a relação com os pais constitua um aspecto fulcral para o ajustamento dos adolescentes, a investigação tem vindo a revelar a importância de outras relações, tais como, com um adulto de referência (Zimmerman & Bingenheimer, 2002). Em geral, jovens que relatam ter um mentor evidenciam níveis mais baixos de consumo de substâncias e de delinquência, exprimem níveis mais elevados de ligação com a escola, eficácia no contexto escolar e maior probabilidade de acreditar na importância de um bom desempenho na escola (Beam, et al., 2002; Zimmerman & Bingenheimer, 2002). Diversos estudos sobre a importância de um adulto de referência na vida das crianças e adolescentes foram realizados com amostras provenientes de contextos de pobreza ou com pais com doença mental (Cowen & Work, 1988 cit. por Beam, et al., 2002; Luthar & Zigler, 1991), no entanto têm sido documentados efeitos positivos em amostras com adolescentes de relativamente “baixo risco” (Beam, et al., 2002). Apesar dos diversos estudos nesta área, abrangendo diferentes populações alvo (e.g. adolescentes afro-americanos, latinos, provenientes de contextos de pobreza, com pais com doença mental), ainda se identifica um número ilimitado de contextos em que o papel de um adulto de referência poderia ser significativo (Zimmerman & Bingenheimer, 2002). Nesse sentido, propomos estudar este fenómeno numa população de adolescentes oriundos de contextos económicos de riqueza.

Em síntese, contrariamente aos estereótipos que olham para os jovens ricos e para os jovens pobres como estando, respectivamente, em risco “reduzido” e “elevado”, os estudos comparativos destas populações têm vindo a revelar mais similitudes do que distinções no que respeita aos seus padrões de ajustamento (e.g. consumo de substâncias ilícitas; delinquência).

A investigação indica, também, que os mecanismos que parecem estar subjacentes aos comportamentos problemáticos dos jovens são idênticos em ambos os contextos económicos (e.g. isolamento dos pais; distância afectiva dos pais).

Deste modo, parece-nos tangível, desafiador e até aliciante considerar os estudos sobre jovens provenientes quer de contextos económicos de privação quer de contextos económicos de riqueza através do olhar lúcido do paradigma da resiliência.

1.2.3. “Riscos” ou Adolescência? Reflexões sobre a pertinência do estudo

“A adolescência é a idade dos anseios cósmicos e das paixões privadas, de preocupações sociais e agonias pessoais.

É a idade da inconsistência e da ambivalência.”

Haim G. Ginott (1922-1973), *psicólogo israelita nascido nos EUA.*

O termo adolescência tem origem na palavra latina *adolescere* e significa “crescer para adulto”. Actualmente, a adolescência é um período que se tem vindo a alargar, tendo o seu início na puberdade e estendendo-se quase até à terceira década de vida. Para a ocorrência deste facto são apontadas várias causas: culturais, como a maior liberalização, aceitação e tolerância dos costumes; sociais, onde se destaca o prolongamento dos estudos que leva, conseqüentemente, a uma maior dependência; e económicas, como o desemprego ou trabalho precário (Braconnier & Marcelli, 2000; cit. por Simões, 2007). Sprinthall e Collins (1999) afirmam que muitos dos problemas da adolescência surgem como forma de adaptação do jovem aos novos desafios que se lhe colocam. De facto, historicamente, a adolescência tem sido caracterizada como sendo um período tempestuoso e de stress (Hall, 1904; cit. por Luthar & Latendresse, 2002). Além disso, sabe-se que os anos da adolescência originam mais perturbações do temperamento e da conduta do que a infância e vida adulta (Pine, Cohen, Gurley, Brook, Ma, 1998; cit. por Luthar & Latendresse, 2002). Assim, perante os dados apontados questionamos se o *stress* investigado em adolescentes oriundos de contextos

de alto e de baixo rendimento económico será realmente significativo ou apenas uma mera característica desta faixa etária.

Parece que alguma rebelião contra as regras e expectativas dos adultos é normativa desta fase do desenvolvimento em algum grau, independentemente do contexto familiar e social dos jovens (Jessor, 1991). Por vezes, experiências que envolvem o consumo de substâncias e actos delinquentes podem surgir como actos decorrentes dessa atitude (Moffitt, 1993; cit. por Luthar & Ansary, 2005). As características das tarefas do desenvolvimento que os jovens enfrentam são apontadas como possíveis causas para os seus comportamentos. No entanto, a investigação empírica tem demonstrado que apenas uma minoria dos adolescentes experimenta dificuldades mais graves enquanto a maioria faz uma transição para a idade adulta sem riscos sérios para a sua saúde ou bem-estar psicológico (Koops, 1996; cit. por Bonino, et al., 2003). A investigação empírica indica, contudo, existirem grupos particulares de adolescentes com maior propensão para adoptarem comportamentos de risco.

Segundo a investigação de Luthar e Ansary (2005), com amostras distintas de adolescentes, parece haver um índice superior de comportamentos disruptivos, consumo de substâncias e comportamento de oposição ao ensino formal em amostras quer de alto como de baixo rendimento económico, comparativamente a amostras nacionais dos Estados Unidos da América (Luthar & Ansary, 2005). De facto, analisando a revisão de literatura do presente trabalho, parece que nos encontramos perante padrões comportamentais semelhantes entre contextos económicos distintos. No entanto, embora o desajustamento destes jovens apresente semelhanças óbvias, parece que as suas consequências não serão totalmente similares.

Sabe-se que, embora, os comportamentos rebeldes pareçam ocorrer com igual frequência em adolescentes de famílias ricas e pobres, os efeitos negativos serão sentidos de acordo com os recursos protectores disponíveis, ou seja, os adolescentes abastados tendem a ter acesso a escolas com mais recursos, a bons psicoterapeutas, e pais e professores que investem fortemente em colocá-los nos padrões socialmente aceitáveis (Luthar & Ansary, 2005; Luthar & Latendresse, 2002). Assim, a presença de redes ou sistemas de suporte, que está disponível no estatuto económico elevado, possibilita um alívio ao longo do tempo dos problemas de ajustamento dos jovens ricos (Luthar & Latendresse, 2002).

Pelo contrário, parece que as crianças e jovens com recursos financeiros reduzidos e que se envolvem em comportamentos anti-sociais apresentam poucas forças

externas que procurem regular o seu comportamento aos padrões sociais (Luthar & Burack, 2000; cit. por Luthar & Latendresse, 2002). Parece, assim, que a vulnerabilidade é exacerbada através de uma sobreposição de riscos inerentes à pobreza crónica, como a presença de escolas com poucos recursos, com professores desmotivados e com excesso de trabalho e com a ocorrência de segregação geográfica (Garcia, 1996; cit. por Luthar & Ansary, 2005).

Considerando as características apresentadas, parece que as repercussões dos padrões de comportamento rebelde são mais acentuadas nos jovens oriundos de famílias pobres, comparativamente aos provenientes de famílias abastadas (Luthar & Ansary, 2005). Embora a literatura pareça considerar que as consequências negativas a curto, médio e longo prazo não se fazem sentir pelos jovens oriundos de famílias ricas com a mesma intensidade que nos jovens com recursos económicos limitados consideramos que estes jovens ainda poderão encontrar-se “em risco”. Para sustentar este pressuposto, consideramos três argumentos. Em primeiro lugar, existem diversos estudos (Norman & Conner, 1996; Colgrove, 1999; cit. por Simões, 2000) que demonstram que o maior preditor, por exemplo, do consumo futuro de substâncias ilícitas é o uso anterior. Portanto, a existência de recursos materiais de adolescentes ricos parece não invalidar a existência de riscos a longo prazo. Segundo Simões (1997; cit. por Simões, 2000) o comportamento anterior, ou hábito, constitui a determinante mais forte nas intenções comportamentais relativas ao consumo de álcool, tabaco e drogas. Em segundo lugar, salientamos o facto de que embora os pais de adolescentes ricos tenham acesso a factores protectores (e.g. terapeutas), a investigação tem revelado que muitas vezes estes pais não procuram ajuda para os problemas emocionais dos seus filhos, mesmo tendo consciência destes (Luthar & Latendresse, 2005a). Os estudos apontam para a relutância dos pais ricos de pedirem ajuda devido a preocupações com a protecção e privacidade da família. Assim, parece-nos plausível considerar que os adolescentes oriundos de contextos económicos abastados poderão encontrar-se efectivamente “em risco”. Em terceiro lugar, apontamos para o facto do conceito de adversidade se encontrar intimamente ligado a uma significância estatística de dificuldades de ajustamento (Luthar & Cicchetti, 2000), sendo esta noção de adversidade nos adolescentes ricos similar “ao risco” dos seus pares provenientes dos contextos de pobreza.

Se o conceito de adversidade pode fazer sentido neste contexto, parece que a noção de resiliência será igualmente congruente, uma vez que abrange este primeiro conceito (Luthar & Cicchetti, 2000). O estudo da resiliência tem vindo a ampliar o

campo em que é utilizado, no entanto, no que respeita ao estatuto económico apenas a extrema pobreza tem sido apontada como sendo uma condição adversa. Mas ao considerarmos a revisão de literatura apresentada, parece-nos plausível e interessante aplicá-lo a um contexto que, intuitivamente, poderia ser considerado protector – a extrema riqueza.

Consideramos este tema de estudo com pertinência para a actualidade portuguesa e com interesse científico por diversas razões que explicitaremos de seguida. Segundo um estudo desenvolvido pelo Serviço de Estudos e Desenvolvimento Metodológico do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre rendimento, desigualdade e pobreza, a profunda desigualdade que se tem vindo a verificar em Portugal ao nível da repartição do rendimento constitui um importante obstáculo ao desenvolvimento do País e é também um factor que contribui para agravar a crise actual que Portugal enfrenta. O agravamento das desigualdades económicas em Portugal é, actualmente, o mais acentuado da União Europeia (INE, 2002). O contexto social e económico que Portugal apresenta parece suportar a pertinência de se tomar em consideração as consequências psicológicas das desigualdades económicas, bem como os mecanismos que as sustentam. Este estudo possibilitará uma investigação dos factores subjacentes aos contextos económicos extremos que aumentam ou reduzem os riscos para os comportamentos desajustados dos adolescentes, considerando a classe média como grupo de controlo, sendo este um aspecto fundamental que não foi usado em estudos anteriores na área. A investigação da resiliência nos extremos económicos permite a determinação de dados fundamentais para o desenvolvimento de medidas protectoras para promover o ajustamento juvenil, apesar da situação de risco, contrariando a pré-concepção de que “nada se pode fazer” com determinados “jovens de risco elevado” (Windle, 1999; Resnick, 2000; cit. por Simões, 2007). Além disso, possibilita servir medidas políticas, de modo a estabelecer estruturas ou provisão de serviços que possam prevenir ou reduzir os riscos apontados, no caso da extrema pobreza (Garmezy, 1983; cit. por Ugar, 2005; Luthar & Cicchetti, 2000), tornando este estudo passível a um interesse em áreas distintas da psicologia, como as ciências políticas, por exemplo.

Por fim, o meu interesse pela temática da resiliência em adolescentes surgiu perante a observação, através de experiências de voluntariado, de percursos admiráveis de jovens “muito desfavorecidos” num concelho associado à riqueza e sumptuosidade, nomeadamente, em Cascais. Esta localidade a quem o actual Presidente da Câmara, Dr.

António Capucho (2008), referiu como um concelho de “ricos, de muito ricos e de pobres, de muito pobres”, é marcada por desigualdades económicas e sociais abruptas, facilmente observáveis através das inúmeras vivendas luxuosas mas também através dos diversos bairros sociais. Assim, foi ao deparar-me com as discrepâncias sociais e com as diversas sugestões apontadas pela escassa literatura disponível no campo da riqueza, que direcionei a minha escolha da área da resiliência aos extremos económicos. A elaboração deste projecto de investigação foi motivada pela curiosidade, e ainda, pela pertinência para a actualidade portuguesa e pelas implicações clínicas que dele poderão advir.

1.3. DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS E HIPÓTESES

Os aspectos teóricos e empíricos apresentados no enquadramento teórico colocam em evidência a existência de diversos factores subjacentes aos contextos económicos extremos como sendo determinantes dos comportamentos de risco na adolescência. Observámos a ocorrência de uma proliferação dos estudos sobre os efeitos e mecanismos subjacentes à pobreza em múltiplos domínios (e.g. físicos, psicológicos, etc.) (e.g. McLoyd, 1998) mas uma escassez daqueles que contemplem o extremo económico oposto, ou seja, a riqueza (Luthar & Becker, 2002). Apesar de se tratar de uma área pouco investigada, a literatura parece apontar para semelhanças entre alguns factores que sustentam o risco em ambos os contextos económicos, possibilitando o desenvolvimento deste estudo. Considerando a revisão de literatura descrita e seguindo o modelo da resiliência do factor protector definiram-se os seguintes objectivos de estudo:

OBJECTIVO 1: Contribuir para a clarificação dos contextos económicos extremos como variável predisponente para o desajustamento dos adolescentes.

Os objectivos específicos são:

- (1) Pesquisar se existem diferenças entre os três grupos de adolescentes (i.e. ricos, pobres ou de rendimento médio) ao nível dos consumos de substâncias ilícitas.
- (2) Pesquisar se existem diferenças entre os três grupos de adolescentes ao nível dos comportamentos delinquentes.
- (3) Pesquisar se existem associações entre o nível de consumo de substâncias ilícitas e o nível de comportamentos delinquentes entre os três grupos de adolescentes.

OBJECTIVO 2: Analisar os factores de risco e de protecção dos adolescentes subjacentes aos extremos económicos.

Os objectivos específicos são:

- (1) Estimar se existem diferenças entre os três grupos quanto aos índices de proximidade emocional com os pais.

- (2) Averiguar, em cada grupo, a influência da proximidade emocional com os pais enquanto variável mediadora do grau de risco.
- (3) Estimar se existem diferenças entre os três grupos quanto à existência de supervisão parental depois da escola.
- (4) Averiguar, em cada grupo, a influência da existência de supervisão pelos pais enquanto variável mediadora do grau de risco.
- (5) Estimar se existem diferenças entre os três grupos quanto à existência de um adulto de referência.
- (6) Averiguar, em cada grupo, a influência da existência de um adulto de referência enquanto variável mediadora do grau de risco.
- (7) Estimar se existem diferenças entre os três grupos quanto à existência de supervisão por um adulto além dos pais depois da escola.
- (8) Averiguar, em cada grupo, a influência da existência de supervisão de um adulto além dos pais depois da escola enquanto variável mediadora do risco.

No âmbito da presente investigação, estabelece-se uma hipótese geral e nove hipóteses específicas a serem estudadas, com base nos resultados de estudos anteriores referidos no enquadramento teórico.

HIPÓTESE GERAL: Existem relações entre os seguintes fenómenos: rendimento económico, comportamentos de risco (i.e. consumo de substâncias ilícitas e delinquência), envolvimento parental e presença de um adulto de referência.

As hipóteses específicas são:

- (1) Adolescentes de contextos económicos extremos apresentam maior propensão aos consumos de substâncias ilícitas.
- (2) Adolescentes de contextos económicos extremos apresentam maior propensão aos comportamentos delinquentes.
- (3) Adolescentes que apresentam maior propensão aos comportamentos delinquentes, apresentam maior propensão aos consumos de substâncias ilícitas.
- (4) Adolescentes de contextos económicos extremos são menos propensos a encontrar-se em situação de proximidade emocional com os pais.
- (5) Adolescentes de contextos económicos extremos apresentam valores inferiores de supervisão por um adulto depois da escola.

- (6) A proximidade emocional com os pais diminui o grau de risco nos adolescentes.
- (7) A existência de um adulto de referência, além dos pais, diminui o grau de risco nos adolescentes.
- (8) A supervisão depois das aulas por um adulto reduz o grau de risco nos adolescentes.
- (9) A interação entre a supervisão parental depois das aulas e a proximidade emocional com os pais reduz o grau de risco nos adolescentes.

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentadas as características do presente projecto de investigação: a amostra, os instrumentos utilizados e o procedimento.

2.1. AMOSTRA

A amostra considerada seria “intencional” ou “de conveniência”, constituída por 180 adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos. Adoptando a metodologia utilizada em estudos anteriores com adolescentes provenientes de diferentes contextos económicos (e.g. Luthar & Ansary, 2005; Luthar & D’Avanzo, 1999), recorreríamos a turmas do 7º ao 12º anos de escolaridade de diferentes escolas do 3º ciclo e ensino secundário do Concelho de Cascais, frequentadas por estudantes cujos pais apresentariam um rendimento económico elevado, reduzido e médio.

De modo a escolhermos as escolas representativas de cada um dos grupos económicos, procuraríamos entrevistar elementos do conselho administrativo dos vários agrupamentos das escolas públicas de 3º ciclo e secundárias e entrevistar os directores dos colégios privados existentes no Concelho de Cascais. A escolha das escolas seria baseada em diversos critérios, nomeadamente, a partir da localização geográfica, do tipo de ensino e de factores económicos. Assim, o grupo representativo dos adolescentes pobres seria seleccionado a partir de uma escola pública e teria que se situar numa zona próxima de um bairro social. O grupo representativo dos adolescentes ricos seria seleccionado a partir do colégio privado com o valor mais alto da mensalidade. O grupo representativo dos adolescentes de classe média seria seleccionado a partir de uma escola de ensino público inserida numa zona habitacional maioritariamente de classe média.

Após uma primeira selecção de um conjunto de escolas que obedecessem aos critérios estipulados para serem representativas de cada um dos grupos, procederíamos a entrevistas com elementos do Conselho Executivo para recolher informação respeitante a uma caracterização económica dos alunos. Para os adolescentes pobres procuraríamos averiguar a incidência de bolsas de estudo para alunos com dificuldades financeiras (e.g.

SASE - Serviço de Acção Social Escolar) como forma de assegurar a sua condição de pobreza. Ainda relativamente a estes alunos, procuraríamos averiguar prevalência dos adolescentes provenientes do bairro social circundante.

Em relação aos adolescentes ricos, procuraríamos verificar a existência de apoios sociais a alunos com dificuldades financeiras (e.g. bolsas de estudo), sendo estes adolescentes excluídos da constituição do grupo.

No caso dos adolescentes de classe média da escola pública, situada numa zona habitacional de classe média, procuraríamos realizar uma entrevista com o Conselho Executivo e faríamos, também, uma entrevista informal aos presidentes das várias Associações de Estudantes, uma vez que os alunos são aqueles que mais conhecem as condições económicas dos colegas através dos sinais exteriores de riqueza (e.g. casa onde moram, telemóveis, roupas, quantia de dinheiro de bolso, etc.). As entrevistas informais com elementos das Associações de Estudantes visariam identificar a possível prevalência maioritária de adolescentes cujos pais apresentam rendimento médio. As diversas entrevistas seriam fundamentais para o controlo das variáveis externas relativas aos contextos económicos.

Para selecção da amostra, elaborar-se-ia uma ficha de identificação que seria preenchida pelos alunos com as idades indicadas. Esta ficha visaria assegurar a homogeneidade da amostra, sendo os critérios para a selecção dos adolescentes das amostras os seguintes: os pais viverem juntos; o adolescente viver com os pais; e não ser beneficiado por apoios sociais se pertencer à amostra representativa do contexto de riqueza. Seria, também, fundamental proceder a uma caracterização dos três grupos da amostra relativamente às idades, níveis de escolaridade, etnias, género e rendimento económico.

2.2. INSTRUMENTOS UTILIZADOS

O estudo seria realizado através da aplicação de três questionários de auto-preenchimento, confidenciais e anónimos, bem como algumas questões escritas colocadas pela autora. Os questionários aplicados foram a adaptação portuguesa (Geadá, 1992) do *Frequency of Delinquent Behavior* – F.D.B. (Leung & Lau, 1989), o Questionário sobre o Envolvimento no Consumo Ilícito de Tóxicos - ECIT (Geadá,

1995) e a adaptação portuguesa (Neves, Soares & Silva, 1999) do *Inventory of Parent and Peer Attachment* – IPPA (Armsden & Greenberg, 1987).

2.2.1. Medidas do grau de risco dos adolescentes

Para se avaliar o grau de risco dos adolescentes, considerámos duas áreas comportamentais: 1) comportamentos anti-sociais (delinquência) e 2) consumo de substâncias ilícitas.

1) Os COMPORTAMENTOS ANTI-SOCIAIS (DELINQUÊNCIA) seriam avaliados através da escala *Frequency of Delinquent Behavior* - FDB (Leung & Lau, 1989) adaptada para a população portuguesa por Geada (1992). Este instrumento avalia quinze comportamentos anti-sociais característicos dos adolescentes (e.g. lutar com outros; destruir ou estragar propriedades das outras pessoas; roubar coisas nas lojas).

Este questionário comporta 15 itens e os sujeitos devem preenchê-lo numa escala de tipo *Likert*, de quatro pontos começando no zero. As respostas dos sujeitos podem ser categorizadas em ausência vs. presença de um padrão comportamental delinvente (dimensões da transgressividade e delinquência).

A versão original de Leung e Lau (1989) avalia em três outras escalas (*Perceived parent approval*, *Perceived peer approval*, *Perceived teacher approval*) a percepção que os sujeitos apresentam do grau de discordância/concordância dos seus pais, amigos e professores em relação a esses seus comportamentos delinquentes, mas no presente trabalho apenas se iria recorrer à escala de auto-descrição dos comportamentos. Em apoio da validade do FDB, os investigadores Leung e Lau (1989) referem não só um coeficiente elevado de consistência interna como também a análise factorial e de “clusters” que teve como solução um único factor para os 15 actos delinquentes.

As propriedades psicométricas da versão portuguesa do FDB constituíram objecto de estudo de Geada (1992). Os resultados deste estudo suportam a validade, precisão e utilidade clínica da versão portuguesa do instrumento, sendo o valor do coeficiente do alfa de Cronbach de .77 e a correlação média inter-itens .18. Na adaptação portuguesa da escala, Geada (1992) encontrou dois factores que designou por *Transgressões escolares* e *Delinquência*. Segundo este autor, a versão portuguesa do FDB parece possuir uma validade aceitável na medição da dimensão genérica da transgressividade e delinquência na adolescência.

No presente estudo, a consistência interna do instrumento FDB deveria ser estudada pelo cálculo do coeficiente de Alfa de Cronbach, assim como o estudo factorial do instrumento.

2) O CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS seria avaliado através do Questionário sobre o Envolvimento no Consumo Ilícito de Tóxicos - ECIT (Geada, 1992). Este avalia o consumo dos quatro tipos de tóxicos mais comuns: marijuana, haxixe, heroína/cocaína e comprimidos/inalantes.

Este questionário envolve 10 itens dos quais os primeiros quatro são em resposta dicotómica acerca da experimentação ou não, alguma vez, de cada uma das substâncias. As respostas negativas são cotadas como zero; as respostas afirmativas como 1 (experimentação de marijuana, comprimidos ou inalantes), 2 (experimentação de haxixe) e 3 (experimentação de heroína ou cocaína).

As respostas seriam categorizadas em dois grupos para análise estatística, nomeadamente, respostas representativas de jovens consumidores e respostas representativas de jovens não consumidores de substâncias ilícitas.

2.2.2. Medida da dimensão parental

A PROXIMIDADE EMOCIONAL COM OS PAIS PERCEBIDA PELOS ADOLESCENTES (sentimentos de confiança, comunicação e envolvimento) seria avaliada através do Inventário de Vinculação na Adolescência (Neves, Soares & Silva, 1999), adaptação portuguesa do *Inventory of Parent and Peer Attachment* – IPPA (Armsden & Greenberg, 1987). Este instrumento avalia a vinculação dos adolescentes aos pais e aos amigos, no entanto, para o presente estudo, só se utilizaria uma parte deste questionário, nomeadamente, as escalas dos pais. Os itens deste instrumento avaliam comportamentos, cognições e estados emocionais que envolvem a confiança, a compreensão e respeito mútuo, a acessibilidade e responsividade das figuras e ainda estados emocionais como a raiva, a irritação e o ressentimento direccionadas à figura parental (Neves, Soares & Silva, 1999).

Cada um dos questionários contém 25 questões, a cada uma das quais o sujeito deve preencher uma escala de tipo *Likert*, de cinco pontos começando no zero (“Nunca ou quase nunca”, “Poucas vezes”, “Às vezes”, “Muitas vezes; “Sempre”). De acordo com Neves, Soares e Silva (1999), cada uma das escalas (pai e mãe) apresenta um total de 25 itens que foram distribuídos por três subescalas: confiança mútua (10 itens), a

qualidade da comunicação (8 itens) e a zanga ou alienação (7 itens). Os itens relativos aos pais e aos amigos são formulados de forma semelhante, com a excepção dos itens com conteúdo familiar óbvio.

A versão original deste inventário tem sido utilizada em diversos estudos que consideram a proximidade emocional entre os pais e adolescentes de contextos económicos extremos (e.g. Luthar & Becker, 2002; Luthar & Latendresse, 2005a). Em Portugal o IPPA também tem sido utilizado em diversos estudos que suportam as suas qualidades psicométricas e relevância em termos clínicos (e.g. Geada, 1990 ; cit. por Neves, 1995; Neves, 1995; Neves, Soares & Silva, 1999).

A aferição para a população portuguesa foi conduzida por Neves, Soares e Silva (1999) e eliminou alguns itens da escala original. Na aferição do instrumento foi realizada a análise da consistência interna dos 75 itens que o compõem. Os coeficientes de *alfa* relativos às escalas do IPPA foram elevados, .92, .95 e .93, respectivamente para as escalas Mãe, Pai e Amigos. Estes valores são indicativos de uma boa consistência interna nas três escalas.

No presente estudo, ao nível da consistência interna, determinar-se-iam os valores do coeficiente de Alfa de Cronbach, comparando-os com os do estudo inicial.

Para efeitos de análise estatística, os sujeitos foram classificados em dois grupos opostos: seguros e inseguros.

2.2.3. Supervisão depois da escola

Para averiguar a presença vs. ausência de um adulto supervisor, os estudantes indicariam o tipo de supervisão que apresentariam tipicamente depois da escola, baseada em seis escolhas possíveis: 1) supervisão por um dos pais; 2) supervisão por outro adulto; 3) ficar em casa com o(s) irmão(s) mas sem a presença de um adulto; 4) organizar actividades sociais sem a presença de um adulto; 5) ficar com um amigo mas sem a presença de um adulto; e 6) ficar em casa sozinho.

A investigação sugere que esta dimensão pode ter influência particular entre jovens da cidade, dados os riscos presentes nos bairros urbanos de baixo-rendimento (1999; cit. por Luthar & Latendresse, 2005).

Adoptando a metodologia de Luthar e Becker (2002), as respostas seriam categorizadas dicotomicamente (presença vs. ausência de um adulto) para análise estatística, uma vez que as análises preliminares dos outros sugeriram que os níveis de

ajustamento são genericamente similares entre os grupos supervisionados por um adulto da família *versus* adulto não familiar, e ambos estes grupos diferenciaram-se dos grupos usualmente sem supervisão (Luthar & Latendresse, 2005a).

2.2.4. Descrição da presença *versus* ausência de um adulto de referência

A presença e identidade de adultos de referência, além dos pais, seriam avaliadas através de uma série de questões. Em primeiro lugar, os adolescentes seriam inqueridos sobre se teriam ou não “um adulto importante” nas suas vidas sem contar com os pais – “alguém que tivesse, pelo menos, 21 anos e que tivesse uma influência significativa em si ou a quem pudesse recorrer quando precisasse” (Beam, et al., 2002). Para estimular o pensamento dos participantes neste tópico, seriam providenciados exemplos de possíveis adultos de referência, tais como uma tia, um professor ou um pai de um amigo.

Recorremos a uma adaptação da metodologia utilizada por Beam e colaboradores (2002) para assegurar que o adulto escolhido pelos adolescentes realmente constituísse uma figura saliente nas suas vidas. Assim, seria pedido aos sujeitos que referissem o grau de importância da pessoa na sua vida numa escala de quatro pontos (“Não é realmente importante”, “Um pouco importante”; “Importante” ou “Muito importante”). Os participantes cujas respostas afirmariam que a sua figura de referência “Não era muito importante” ou apenas “Um pouco importante” não continuariam nas restantes análises (foram incluídas na ausência de figura de referência). As respostas “Importante” e “Muito importante” seriam agrupadas em presença de um adulto de referência.

Para referir a identidade do adulto de referência seriam apresentadas as seguintes categorias: avós, tia/tio, primo(a), irmão/irmã, pai/mãe de um amigo(a), vizinho, amigo mais velho, pai ou outro parente do namorado/namorada, professor, treinador, psicólogo, membro da igreja ou outro adulto não familiar.

2.2. PROCEDIMENTOS

Constituir-se-ia um envelope com todas as medidas dirigidas aos participantes, do qual constaria uma área para preenchimento de variáveis demográficas (idade, género, ano de escolaridade e etnia). Os questionários seriam preenchidos pelos participantes durante um tempo lectivo para o efeito reservado. Os contactos seriam feitos previamente com o Conselho Executivo e os professores envolvidos, iniciando-se, geralmente a sessão com a apresentação do estudo e da autora. Apresentar-se-ia, previamente, uma carta de consentimento informado dirigida aos encarregados de educação antes que os jovens preenchessem os questionários.

Na apresentação da sessão de aplicação dos instrumentos, a autora explicaria a elaboração de um estudo sobre o desenvolvimento psicológico da adolescência e juventude, solicitando a colaboração dos alunos através da resposta aos inquéritos. Informar-se-ia que o inquérito seria anónimo e confidencial e que o seu preenchimento seria fácil, uma vez que apenas teriam que assinalar com cruces ou círculos as suas respostas. Para efectuar as análises estatísticas deste estudo, utilizar-se-ia o SPSS versão 12.0 para *Windows*.

2.3. PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS

Na análise dos resultados obtidos, utilizar-se-ia a estatística descritiva, designadamente a determinação da média e do desvio-padrão, quando apropriado. Proceder-se-ia, também, à determinação da consistência interna das medidas indicadas pelo coeficiente de Alfa de Cronbach. Para avaliar as diferenças médias entre os grupos seria utilizado o Coeficiente do Qui-quadrado (χ^2). Quando apropriado seriam utilizadas correlações de Spearman. Ainda para estudo das variáveis que poderiam contribuir para o grau de risco proceder-se-ia ao teste de regressões logísticas múltiplas.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS E INTEGRAÇÃO NA LITERATURA

O presente trabalho consiste num projecto de investigação, não incluindo a recolha de dados empíricos. Por esta razão, apresentar-se-ão, de seguida, apenas alguns resultados possíveis com a implementação deste projecto.

Numa primeira fase, proceder-se-ia à exploração das diferenças entre os três grupos. Para tal, seriam calculadas as médias e desvios-padrão das variáveis de interesse, ou seja, consumo de substâncias ilícitas, comportamento delinvente e proximidade emocional com os pais. Calcular-se-ia a significância dessas diferenças através de análises estatísticas do Qui-quadrado (χ^2).

Numa segunda fase, explorar-se-ia o contributo da Proximidade emocional com os pais, de Existência de um adulto de referência e de Supervisão de um adulto para a explicação do grau de risco, recorrendo-se a regressões logísticas múltiplas.

3.1.1 Diferenças entre os grupos quanto aos consumos de substâncias ilícitas

Para investigar se existiriam diferenças significativas entre as médias dos grupos relativamente aos consumos de drogas ilícitas, através dos resultados do Questionário sobre o Envolvimento no Consumo Ilícito de Tóxicos - ECIT, proceder-se-iam a análises estatísticas do Qui-quadrado (χ^2) para cada um dos grupos. Destas análises, esperaríamos encontrar níveis elevados de consumos auto-relatados nas amostras de ambos os extremos económicos de modo semelhante aos dados empíricos de investigações anteriores (Luthar & Ansary, 2005; Luthar e D'Avanzo, 1999; Luthar & Latendresse, 2005a). Esta previsão corroboraria investigações anteriores que apontam para os adolescentes ricos e pobres como sendo mais susceptíveis a adoptarem comportamentos de risco. Características como um maior poder económico no que respeita aos jovens ricos, ou como residência em bairros onde se comercializam as drogas, tornando-as mais acessíveis, no caso dos jovens pobres, poderão tornar os adolescentes dos extremos económicos como mais propensos ao consumo de substâncias.

No entanto, se não ocorressem diferenças significativas nos três grupos estudados, poderíamos estar na presença da influência de outras variáveis, tais como, a relação dos adolescentes com os pares. De acordo com Luthar e Becker (2002), os níveis elevados de consumos podem encontrar-se associados a índices elevados de popularidade com os pares, sendo este um factor que despoleta a prevalência de consumidores nos diversos contextos económicos. Segundo o estudo longitudinal de Feldman, Rosenthal, Brown e Canning (1995; cit. por Luthar & Becker, 2002) os rapazes que se encontram mais ligados com os pares na sua escola secundária admitem frequentar mais “festas”, saídas à noite, etc. que envolvem o consumo de substâncias. Também Branconnier e Marcelli (2000; cit. por Simões, 2007) referem que um dos tipos de consumo de drogas na adolescência é precisamente o consumo festivo. No entanto, parece que a ocorrência e frequência deste comportamento não acontece em todos os níveis etários. Deste modo, em futuras investigações seria importante avaliar os comportamentos de consumos de substâncias ilícitas considerando as diferentes idades.

Outro factor que poderia influenciar a prevalência dos consumos nos diversos grupos estudados poderia decorrer do instrumento utilizado para avaliar esta categoria no presente trabalho. De facto, investigações anteriores indicam que as substâncias mais consumidas pelos jovens são o álcool e o tabaco (Matos, Simões, Carvalhosa & Canha, 2000) sendo estas legais para os adultos e, portanto, não contempladas neste projecto de investigação.

3.1.2. Diferenças entre grupos quanto aos comportamentos delinquentes

Para se investigar se existiriam diferenças significativas nas médias dos grupos em relação aos comportamentos delinquentes, através dos resultados da versão portuguesa (Geda, 1992) do *Frequency of Delinquent Behavior – FDB* (Leung & Lau, 1989), realizar-se-iam análises estatísticas do Qui-quadrado (χ^2). Destas análises preveríamos encontrar uma maior prevalência de comportamentos delinquentes auto-relatados nas amostras de elevado e baixo rendimento, indicando superioridade dos valores relativamente ao grupo controlo. Estes dados estariam, assim, de acordo com investigações anteriores que admitem que os factores subjacentes aos comportamentos delinquentes são semelhantes aos apontados para os consumos (e.g. Luthar & D’Avanzo, 1999; Luthar & D’Avanzo, 2005).

Se a prevalência dos comportamentos delinquentes nos adolescentes dos três grupos considerados fosse semelhante poderíamos considerar a presença de outras variáveis influenciadoras no estudo, como por exemplo, a presença significativa na amostra de algumas “subculturas” em adolescentes propensos a adotarem comportamentos delinquentes.

No caso de encontrarmos resultados inferiores aos esperados para os adolescentes ricos, poderíamos considerar as teorias da delinquência que referem, como um dos factores determinantes deste tipo de comportamento, a percepção de vantagens, nomeadamente, a obtenção de bens materiais (Negreiros, 2008). Sendo os furtos uma das dimensões que seria avaliada no presente estudo (*FDB* - e.g. roubar coisas nas lojas), a teoria acima descrita poderia influenciar os resultados destes jovens na medida em que estes teriam já bens materiais, não necessitando de recorrer a comportamento delinquentes para a sua obtenção. No entanto, as dimensões dos comportamentos anti-sociais dos jovens ricos poderão ser reveladas a outros níveis (e.g. agredir fisicamente os outros).

3.1.3. Relações entre grupos quanto aos índices de comportamentos delinquentes e níveis de consumos de substâncias ilícitas

Para se investigar se existiriam associações significativas entre os consumos de drogas ilícitas e os comportamentos delinquentes nos três grupos, realizar-se-iam correlações de Spearman. Destas análises, esperaríamos que ocorressem relações fortes entre os comportamentos de consumo de substâncias ilícitas e delinquência pois a literatura aponta para uma probabilidade de co-ocorrência de comportamentos desajustados em múltiplos domínios, apontando mais para um “padrão de risco” do que para comportamentos de risco isolados (Jessor, 1991; Lerner & Galambos, 1998; Simões, 2007). Na verdade, o consumo de substâncias é referido como um dos principais factores de risco para a delinquência (Simões, 2007), na medida em que se torna numa forma de obter o dinheiro necessário para comprar substâncias, nomeadamente, as drogas ilícitas. No entanto, como os jovens ricos apresentarão maior disponibilidade de recursos económicos, esta associação entre os comportamentos de consumo de substâncias e delinquência nos adolescentes ricos poderia não ocorrer com a mesma intensidade, considerando que a medida dos comportamentos delinquentes incluiria dimensões como, por exemplo, os furtos (*FDB* - e.g. roubar coisas nas lojas).

Por outro lado, apesar de algumas teorias da delinquência se centrarem sobre a questão económica, vários estudos têm mostrado que a relação entre os recursos económicos e a delinquência nem sempre é consistente (Simões, 2007), pois por vezes é mediada por outros factores, nomeadamente o funcionamento familiar (Garmezy, 1991), como se procura averiguar no presente estudo.

Outro aspecto que poderia justificar uma fraca relação entre as duas dimensões de risco definidas (e.g. consumo de substâncias ilícitas e comportamento delinvente) para cada uma das amostras determinadas poderia corresponder às teorias da “auto-medicação” (Luthar & Latendresse, 2002). A literatura tem sugerido a existência, principalmente nos contextos económicos de riqueza, de uma relação entre alguns consumos de substâncias ilícitas e a procura de alívio ao stress pessoal (Luthar & D’Avanzo, 1999). Deste modo, um padrão de consumos de substâncias não estaria relacionado com comportamentos delinquentes mas sim com a procura de alívio da tensão. Neste caso consideramos que tornar-se-ia fundamental aprofundar a temática investigando possíveis perturbações internalizantes, associadas ao stress pessoal insinuado.

Se os jovens pobres não revelassem comportamentos delinquentes poderíamos estar perante a presença de outros factores protectores como a existência de um trabalho social com um impacto significativo na região em causa. As instituições ligadas ao apoio social são referidas como desempenhando um papel fulcral, principalmente com populações pobres (Garmezy, 1991), dado o suporte que podem fornecer, em especial aos jovens mais vulneráveis.

3.1.4. Relações entre grupos quanto aos índices de proximidade emocional com os pais

Para se investigar se existiriam diferenças significativas nas médias dos grupos em relação aos índices de proximidade emocional com os pais, através dos resultados da versão portuguesa (Neves, Soares & Silva, 1999) do *Inventory of Parent and Peer Attachment* (IPPA) (Armsden & Greenberg, 1987) realizar-se-iam análises estatísticas do Qui-quadrado (χ^2). Os resultados dos diferentes grupos deveriam indicar uma menor proximidade emocional com os pais, percebida pelos adolescentes, nos jovens oriundos dos extremos económicos. A investigação aponta para um estilo educativo mais austero e irritável por pais de contextos de privação económica (Conger, Paterson, & Ge, 1995;

cit. por Luthar & Latendresse, 2005a) e sugere que pais oriundos de contextos de riqueza investem menos nas relações emocionais com os filhos, estabelecendo relações marcadas por padrões de exigência e perfeccionismo (e.g. Luthar & Latendresse, 2005b). Os pais ricos parecem sobrevalorizar mais o desempenho dos filhos do que o carácter pessoal, os interesses ou as características idiossincráticas (Luthar & Becker, 2002).

Contudo, diversas causas poderão ser referidas no sentido de conduzirem a resultados que contrariem a hipótese colocada. Em primeiro lugar, a baixa proximidade emocional com os pais prevista nos adolescentes ricos, assenta não apenas no pressuposto de existirem níveis de exigência mais elevados em relação aos filhos, mas também na presença de um investimento muito elevado dos pais destes jovens na própria carreira, o que reduz o tempo dispendido com os filhos (Mederer, 2000 cit. por Luthar & Becker, 2002; Luthar & Latendresse, 2005b). De facto, para muitos pais ricos, a carreira e os desafios profissionais constituem o principal alvo da gratificação pessoal, abdicando do tempo de lazer e de investimento nos seus filhos. Porém, outras variáveis relacionadas com os empregos dos pais poderão afectar a sua proximidade com os filhos, nomeadamente, a própria localização onde nos proporíamos recolher a amostra. Sendo o Conselho de Cascais uma zona periférica à cidade de Lisboa, existem muitas pessoas que residem neste conselho mas que trabalham na cidade de Lisboa despendendo, diariamente, muito tempo em deslocações. Este factor transversal a todos os grupos estudados poderá ter impacto no tempo disponibilizado com os filhos sendo, assim, uma variável que poderá influenciar os índices de proximidade emocional percebida pelos adolescentes.

Em segundo lugar, parece ser comum que os adolescentes ricos integrem diversas actividades extracurriculares, apresentando uma agenda de tal forma “sobrelotada” que chega mesmo a comprometer o tempo que estes despendem com a sua família (Kantrowitz, 2000; cit. por Luthar & Becker, 2002).

Por fim, também se poderá considerar o facto do grupo de adolescentes pobres, pertencentes a uma escola adjacente a um bairro social, ser composto, maioritariamente, por jovens de outras etnias (e.g. negros; ciganos; etc.). De facto, a proximidade emocional percebida por estes adolescentes poderá apresentar discrepâncias da do grupo de adolescentes ricos e da de adolescentes de classe média, não devido a características económicas mas sim culturais, sendo esta uma variável limitativa do presente estudo.

Em alguns estudos são sugeridas, ainda, diferenças entre sexos relativamente ao impacto da proximidade emocional com os pais (Neves, 1995). Em investigações futuras, poder-se-ia atender às diferenças do género quanto à percepção e ao significado das relações parentais e a noção de vulnerabilidade.

3.1.5. Relações entre grupos quanto à supervisão por um adulto depois da escola

Para se investigar se existiriam diferenças significativas nas médias dos grupos em relação aos valores de supervisão por um adulto depois das aulas, realizar-se-iam análises do Qui-quadrado (χ^2). Esperaríamos que a análise das respostas dos adolescentes indicasse uma menor propensão de supervisão por um adulto nos adolescentes provenientes de contextos económicos extremos. No contexto de extrema riqueza este acontecimento dever-se-ia à crença dos pais ricos, retratada na literatura, de que deixar os filhos sozinhos promoveria a sua autonomia (Luthar & Latendresse, 2005a; Luthar & Latendresse, 2005b). No contexto de extrema pobreza é a escassez de recursos económicos e comunitários (e.g. actividades de tempos livres) dos pais que os impediria de deixarem os seus filhos com algum adulto.

Se os resultados não correspondessem às hipóteses delineadas, sendo que os adolescentes ricos apresentariam maior supervisão por um adulto do que os seus pares provenientes de outros contextos económicos, poderíamos encontrar-nos perante a presença de diversas ocupações extracurriculares frequentes em adolescentes deste nível económico (e.g. Luthar & Latendresse, 2005b). Parece que existe uma pressão para que jovens ricos integrem diversas actividades extracurriculares (e.g. ténis, ballet, etc.), podendo este ser um meio em que são supervisionados por adultos (e.g. treinador, professor, etc.).

Se os resultados não correspondessem às hipóteses delineadas, sendo que os adolescentes pobres apresentariam maior supervisão por um adulto do que os seus pares provenientes de outros contextos económicos, poderíamos supor a presença de associações de solidariedade social dirigidas a esta população (e.g. espaços para jovens; actividades de tempos livres) ou poderíamos atender ao facto de diversas famílias pobres apresentarem um agregado familiar mais alargado, coabitando, por exemplo, com os avós (e.g. Luthar, 1991).

3.1.6. Proximidade emocional com os pais e comportamentos de risco nos adolescentes

Para se investigar qual a contribuição da proximidade dos pais percebida pelos adolescentes na explicação dos comportamentos de risco, seria usado o modelo de regressão logística múltipla, que consideraria como variável dependente a propensão para o risco. Para cada um dos grupos, a equação da regressão incluiria, simultaneamente, as variáveis proximidade emocional, supervisão por um adulto e presença de um adulto de referência.

De acordo com a literatura (e.g. Luthar & Latendresse, 2005a), esperar-se-ia que os adolescentes que exibissem um padrão de comportamentos de risco, ou seja, que apresentassem valores significativos de comportamentos delinquentes e consumo de substâncias ilícitas, manifestariam fracas relações familiares (e.g. falta de carinho; comunicação; etc.). A investigação aponta para a existência de níveis elevados de stress dos pais como estando associados a percepções mais negativas por parte dos jovens (McLoyd, 1998; Simões, 2007). Os pais que experienciam mais acontecimentos negativos, tornam-se mais distantes, restritivos e punitivos para os seus filhos e acabam por lhes proporcionar ambientes menos estimulantes. Estas relações com os pais parecem tornar os adolescentes menos capazes de dar respostas adaptativas às situações extra-familiares (Sprinthall & Collins, 1999) como a pressão dos pares ou situações stressantes.

No entanto, se não nos encontrássemos na presença de uma predição da proximidade emocional na redução dos comportamentos de risco, poderíamos considerar, tal como Wargner e colaboradores (1996; cit. por Simões, 2007), que uma relação afectuosa poderá causar efeitos negativos. Segundo estes autores, parece que a relação afectuosa com a mãe poderá não ser sempre protectora nos problemas de externalização, uma vez que encontraram uma interacção significativa entre os níveis de stress e a percepção de afectividade por parte da mãe que indica que os jovens que vêem as mães como mais afectuosas apresentam maior probabilidade de iniciar comportamentos de risco externalizantes quando confrontados com níveis elevados de stress. Isto acontece quando o afecto se encontra relacionado com a permissividade e uma tolerância que conduz os pais a não conseguirem estabelecer limites, permitindo comportamentos desadequados causadores de problemas. Por outro lado, aspectos ligados a estilos mais autoritários, como a proibição das saídas à noite ou a punição pela

prática de comportamentos desajustados, poderão, na verdade, proteger os jovens dos comportamentos de risco. É importante, no entanto, referir que a utilização de fortes medidas disciplinares pode provocar outro tipo de problemas, nomeadamente, problemas internalizantes (Simões, 2007), sendo este um aspecto a avaliar em futuras investigações.

3.1.7. A existência de um adulto de referência e os comportamentos de risco nos adolescentes

Para se investigar qual o contributo da presença de um adulto de referência na explicação dos comportamentos de risco seria usado o modelo de regressão logística múltipla, que consideraria como variável dependente a propensão para o risco. Para cada um dos grupos, a equação da regressão incluiria, simultaneamente, as variáveis proximidade emocional, supervisão por um adulto e presença de um adulto de referência.

Esperaríamos que a análise revelasse que a presença de um adulto de referência teria impacto na redução da propensão dos comportamentos de risco, nomeadamente, nos comportamentos delinquentes e nos consumos de substâncias ilícitas, corroborando a literatura anterior (Beam, et al., 2002; Luthar & Zigler, 1991; Zimmerman, et al., 2002). Esperaríamos que este efeito sucedesse nos três grupos em estudo, uma vez que, embora a literatura existente sobre a influência de um adulto de referência foque, primordialmente, grupos de risco, existem alguns estudos que documentam efeitos positivos em amostras com relativo baixo risco (e.g. Greenberg, Chen & Beam, 1998; cit. por Beam, et al., 2002). Diversos estudos indicam que os jovens atribuem com frequência, um percurso adaptativo nos anos da adolescência à influência positiva de adultos de referência, como os professores ou outros membros da família alargada (Anderson, 1991 cit. por Zimmerman, et al., 2002).

Se os resultados não corroborarem a hipótese definida, poderíamos considerar, por exemplo, que o adulto de referência apontado nas respostas não apresentaria uma conduta de referência, principalmente, nos contextos de pobreza, uma vez que os bairros tenderão a apresentar uma maior prevalência de adultos com uma conduta marginal e desajustada. Outro aspecto que poderíamos considerar corresponde ao facto do adulto de referência poder não desempenhar um papel activo na vida do jovem, sendo este factor transversal a todos os contextos económicos. Ou seja, a frequência com que o

adolescente se encontra com o adulto poderá não ser suficiente para este influenciar as suas decisões e estilo de vida.

3.1.8. A supervisão e os comportamentos de risco nos adolescentes

Para se investigar qual o contributo da supervisão depois das aulas por um adulto na explicação dos comportamentos de risco, seria usado o modelo de regressão logística múltipla, que consideraria como variável dependente a propensão para o risco. Para cada um dos grupos, a equação da regressão incluiria, simultaneamente, as variáveis proximidade emocional, supervisão por um adulto e presença de um adulto de referência.

Esperaríamos que a supervisão por um adulto resultasse numa maior propensão dos adolescentes para não integrarem os comportamentos de risco considerados, corroborando diversos estudos (e.g. Luthar & Latendresse, 2005a; Simões, 2007). Neste sentido e de acordo com a investigação de Simões (2007) com jovens portugueses, o tempo livre poderia ser constituído factor de risco para os comportamentos de consumo de substâncias ilícitas e delinquentes, possivelmente pelo facto de passarem mais tempo livre com os amigos e, eventualmente, com uma menor supervisão dos pais.

No entanto, se os resultados não estiverem de acordo com a hipótese definida, poderíamos considerar que a participação dos jovens em actividades de lazer e desportivas influenciarão os resultados na medida em que são, por vezes, incompatíveis com os consumos ou até supervisionadas por adultos (e.g. treinador). Sabendo que os jovens ricos apresentam maior disponibilidade de recursos económicos e que tendem a ter uma “agenda sobrelotada” poderão encontrar-se mais protegidos, apresentando diferenças relativamente aos outros grupos. Contudo, as associações de solidariedade social poderão, também, apresentar a mesma função relativamente aos jovens oriundos de contextos de pobreza, o que levanta a possibilidade da classe média poder apresentar valores díspares relativamente aos extremos económicos.

Outro factor que poderá ter influência nos resultados seria a percentagem de indivíduos de cada grupo etário, uma vez que a investigação sugere que a supervisão diminui com a idade (Li et al., 2000; cit. por Simões, 2007). Parece que os adolescentes mais novos estão mais sujeitos à supervisão dos pais e de outros adultos, nomeadamente em relação aos consumos e, como tal, encontram-se mais atentos para a ausência deste aspecto como um potencial factor de risco.

3.1.9. A supervisão por um adulto, a proximidade emocional com os pais e os comportamentos de risco nos adolescentes

A hipótese de interacção entre estas variáveis seria testada através da inclusão no modelo de regressão logística múltipla de uma variável que resultaria do produto entre as variáveis de supervisão parental e de proximidade emocional.

Desta forma, esperaríamos encontrar uma associação positiva entre a proximidade emocional com os pais e a supervisão depois das aulas, fortalecendo o impacto na redução do risco nos adolescentes, uma vez que, por um lado, as relações positivas na família e o suporte emocional e social dos pais e, por outro lado, a supervisão por parte de um adulto, tendem a estar relacionados com maiores índices de bem-estar psicológico e de ajustamento na adolescência (Beam, et al., 2002; Field, Diego, & Sanders, 2002 cit. por Camacho & Matos, 2006; Zimmerman & Bingenheimer, 2002). Sabendo que, contrariamente aos primeiros estudos de resiliência que focavam apenas um único factor de risco, a investigação tem evidenciado que os factores de risco tendem a coexistir com diversos outros factores de risco que conduzem a uma sequência de experiências stressantes superiores às de um único evento (Masten & Powell, 2003), esperaríamos que o mesmo processo acontecesse relativamente aos factores protectores que, assim, apresentariam um efeito protector cumulativo, superior a ambos os factores protectores isoladamente.

3.2. IMPORTÂNCIA PARA A INVESTIGAÇÃO E PRÁTICA CLÍNICA

Este estudo permitiria encontrar evidências empíricas úteis, tanto em termos da exploração do construto da resiliência, como relativamente à intervenção ao nível dos extremos económicos.

Esta investigação do risco e resiliência, que abrange ambos os extremos económicos, enquadra-se numa área de investigação recente e inovadora que permite a aplicação dos modelos de resiliência a novos contextos como o da extrema riqueza. O presente projecto de investigação possibilitaria, assim, a identificação de factores de risco e de protecção nos adolescentes associados aos diversos contextos económicos. Considerando a literatura que admite que jovens que crescem em ambientes adversos estão duplamente em perigo pois apresentam factores de risco mais intensos e prevalentes e os factores protectores encontram-se menos disponíveis (Jessor, 1991),

parece que a identificação das especificidades nos diversos contextos económicos sustenta a importância de se proceder à planificação de medidas de promoção dos factores protectores e de intervenção clínica diferenciadas.

No campo da intervenção, sabe-se que o construto da resiliência encontra-se intimamente relacionado com a prevenção (Blum, 1998 cit. por Benard & Marshall, 2001). De facto, embora muitos programas preventivos sejam formulados de modo a eliminar ou reduzir os factores de risco encontrados como estando relacionados com resultados negativos e sendo o seu foco diminuir o potencial perigo que representam (Zimmerman & Arunkumar, 1994), nem sempre se torna possível reduzir a exposição dos jovens a estes factores como no caso dos contextos económicos extremos (Werner, 1989 cit. por Simões, 2007). Mas poder-se-ia promover a resiliência destes adolescentes através da redução do impacto de factores de risco mediante a promoção de factores protectores como, por exemplo, as competências ao nível pessoal e social dos jovens ou até as competências parentais (Spence & Matos, 2000). Assim, este estudo apontaria para a premência de atender aos factores de risco e de protecção específicos dos diferentes contextos económicos, considerando as singularidades de cada uma das populações estudadas para desenvolver os factores protectores que, realmente, reduzem o impacto do risco. Diversas medidas poderão fazer sentido neste campo, como por exemplo, a sensibilização de pais e terapeutas para os possíveis riscos associados à riqueza e aos previstos custos de um investimento árduo na própria carreira e consequente redução do tempo com os filhos (Luthar & Latendresse, 2005b); o alertar para os perigos da falta de supervisão em ambos os extremos económicos; de intervenções ao nível da família, uma vez que a investigação tem verificado que estas abordagens se baseiam na existência de défices fundamentais ao nível de competências específicas (Negreiros, 2008); e as intervenções ao nível das redes sociais, mais especificamente, no desenvolvimento de programas que poderão proporcionar ambientes que providenciam oportunidades de interacção entre os jovens e potenciais adultos de referência, com quem poderão estabelecer relacionamentos significativos (Zimmerman et al., 2002). No entanto, estudos futuros deverão decorrer para assegurar a viabilidade e eficácia destas medidas na promoção de condutas resilientes em adolescentes provenientes de extremos económicos.

Deste modo, através da realização deste trabalho de investigação pretender-se-iam encontrar directrizes que possibilitem intervenções cada vez mais baseadas em evidência empírica sustentável.

3.3. LIMITAÇÕES DO ESTUDO E ORIENTAÇÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

A implementação empírica deste projecto de investigação poderia comportar diversas limitações. De seguida, apresentaremos algumas das limitações que poderemos antecipar não descurando, porém, a possibilidade de outras surgirem durante a investigação propriamente dita.

O presente estudo recorre a medidas de auto-relato para avaliar as diversas dimensões (e.g. consumos de substâncias ilícitas; relação afectiva com os pais; comportamentos delinquentes) sendo este um aspecto limitador embora reflecta uma escolha deliberada. De facto, foi do interesse deste projecto de investigação não estudar a eficácia parental, mas as percepções dos adolescentes relativamente às relações com os seus pais, embora consideremos essencial, futuramente, examinar o grau de concordância entre as relações percebidas pelos adolescentes e pelos pais. Outra limitação das medidas utilizadas poderia dever-se ao facto de estarem sujeitas a enviesamentos intencionais ou espontâneos de resposta, devido a diversas características específicas do momento da avaliação ou vivência emocional que o impacto destas respostas provocaria nos participantes (e.g. consumos de drogas ilegais). Seria, então, proveitoso recorrer a metodologias diferentes, em simultâneo, em estudos futuros.

A estratégia de estudar e analisar amostras de diversos contextos económicos separadamente, em escolas, seguiu as recomendações da pesquisa de grupos anteriormente realizada (e.g. Luthar, 1999; Luthar & Ansary, 2005), no entanto, comporta diversas dificuldades. Em primeiro lugar, prevemos que as amostras categorizadas como pertencentes a contextos económicos abastados seriam, principalmente, de nacionalidade portuguesa, enquanto as pertencentes a contextos económicos pobres seriam, na sua maioria, pertencentes a minorias étnicas. Estas diferenças étnicas e culturais poderiam influenciar os resultados esperados, assim, estudos futuros deveriam procurar distinguir os efeitos da etnia e do rendimento económico. Para isso, seria necessário abranger um maior número de escolas para recrutar uma amostra significativa de jovens de minorias étnicas de contextos económicos elevados (Luthar & Ansary, 2005). Em segundo lugar, ao recorrermos a amostras de adolescentes integradas no contexto escolar, não conseguiríamos alcançar os jovens que abandonaram, precocemente, o ensino formal, sendo este grupo o que, provavelmente, revelarão índices mais elevados de comportamentos de risco. Para

ultrapassar esta dificuldade, poderíamos recorrer a amostras integradas no Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil através do recurso a turmas do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) que visa favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar e profissional a jovens que não aderiram ao ensino formal. Em terceiro lugar, por motivos de ordem estatística recorreríamos a variáveis dicotómicas (e.g. consumidores vs. não consumidores), reduzindo os conceitos teóricos a duas dimensões (e.g. presença vs. ausência) e não a um grau, o que traz como consequência uma menor variabilidade e precisão dos resultados.

Como linha de desenvolvimento futuro, consideramos saliente sugerir o estudo na população portuguesa não só dos comportamentos externalizantes mas também dos internalizantes, uma vez que parecem ser igualmente comuns nas populações em causa (Luthar & D'Avanzo, 1999), bem como a integração das variáveis género e idade, já que parecem ocorrer diferenças relativamente ao género quanto à prevalência das perturbações externalizantes e internalizantes (Luthar & D'Avanzo, 1999) e transformações ao nível da proximidade emocional consoante as idades dos adolescentes.

Em investigações futuras poder-se-ia, ainda, comparar os dados que se obteriam neste estudo, com os relativos a adolescentes provenientes de contextos económicos extremos, obtidos a partir de estudos anteriores estrangeiros (e.g. Luthar & Latendresse, 2005a) e com alguns dados já existentes na população portuguesa (e.g. Simões, 2007), de modo a verificar se existiriam discrepâncias ao nível das variáveis estudadas (e.g. prevalência do consumo de substâncias ilícitas na população portuguesa comparativamente às amostras americanas).

Por fim, estudos longitudinais possibilitariam distinguir quando os comportamentos de risco representam comportamentos isolados ou quando pressagiam uma subsequente deterioração dos domínios de funcionamento, bem como o impacto dos factores de risco e de protecção para a manutenção das perturbações ou do bem-estar psicológico dos adolescentes até à idade adulta.

CAPÍTULO 4: CONCLUSÃO

Neste estudo, apontámos para alguns factores intrínsecos à resiliência dos adolescentes provenientes de extremos económicos numa área da investigação científica em que se parece avançar no caminho da compreensão dos factores que sustentam as semelhanças e as distinções entre estes diferentes grupos sociais. Consideramos que a adolescência constitui uma fase impar para o estudo dos percursos resilientes e pretendemos que, assim como este período é marcado por questões constantes e intermináveis, a dúvida permanente possa aguçar a curiosidade e despertar o interesse de investigadores relativamente aos extremos económicos, percepcionando esta área como sendo preponderante para a psicologia e para a sociedade portuguesa.

Concluimos que esta investigação possibilita contestar e, possivelmente, desmistificar diversas ideias preconcebidas que têm vindo a colocar os jovens ricos como população à margem das intervenções clínicas e promotoras, bem como repensar e reformular as intervenções que se realizam com os adolescentes oriundos de contextos de privação económica. Concluimos, ainda, que a promoção da resiliência neste contexto deverá realizar-se através do desenvolvimento ou estimulação dos factores de protecção que possibilitem fazer face aos riscos, uma vez que sempre existirão contextos económicos díspares.

Deste modo, podemos finalizar concluindo que o modelo do factor protector, que procura explicitar as relações inerentes à resiliência dos adolescentes provenientes de contextos económicos extremos, identificando e relacionando os riscos e os mecanismos que lhe são inerentes, parece contribuir para o entendimento dos factores e processos que poderão tornar as intervenções clínicas e promotoras mais eficazes, consoante a população alvo determinada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Armsden, G. & Greenberg, M. T. (1987). The Inventory of Parent and Peer Attachment: Individual Differences and their relationship in psychological well-being in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 16 (5), 427-454.

Comissão Europeia. (2008). Relatório da Comissão Europeia. Acedido a 20 de Fevereiro em <http://ec.europa.eu/>

Beam, M. R., Chen, C., & Greenberger, E. (2002). The Nature of Adolescents' Relationships With Their "Very Important" Nonparental Adults. *American Journal of Psychology*, 30 (2), 305-325.

Becker, B. & Luthar, S.S. (2002). Social-emotional factors affecting achievement outcomes among disadvantaged students: closing the achievement gap. *Educational psychologist*, 37 (4), 197-214.

Bonino, S., Cattelino, E., & Ciairano, S. (2003). Adolescents and Risk: Behavior, functions, and protective factors. Milão: Springer.

Camacho, I., & Matos, M.G. (2006). Práticas Parentais, Escola e Consumo de Substâncias em Jovens. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 7(2), 317-327.

Conger, R. D., Wallace, L. E., Sun, Y., McLoyd, V. C: Brody, G. H. (2002). Economic Pressure in African American Families: a replication and extension of the family stress model. *Development Psychology*, 38 (2), 179-193.

Eurostat. (2002). Acedido a 18 de Fevereiro de 2008, em <http://europa.eu.int/commm/eurostat>

Fergus, S., & Zimmerman, M.A. (2005). Adolescent Resilience: A Framework for Understanding Healthy Development in the Face of Risk. Acedido a 25 de Setembro de 2007, em <http://psych.annualreviews.org>

Garnezy, N., Masten, A. S., & Tellegen, A. (1984). The Study of Stress and Competence in Children: A building Block for Development Psychopathology. *Child Development*, 55, 97-111.

Garnezy, N. (1991). Resiliency and Vulnerability to Adverse Development Outcomes Associated With Poverty. *American Behavioural Scientist*, 34, 416-430.

Geadá, M. L. C. (1992). Vulnerabilidade psicológica ao consumo ilícito de tóxicos na adolescência. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

Gil, G. (2006). As histórias das crianças: Um estudo sobre competência e capacidade narrativa com crianças em situação de pobreza. *Análise Psicológica*, 4 (XXIV), 467-484.

Heckman, J. J. (2008). Schools, Skills, and Synapses. *IZA Discussion Paper*, 3515, Retirado em 23 de Junho de 2008 da World Wide Web: <http://ftp.iza.org/dp3515.pdf>

Huston, A.C., McLoyd, & V.C., Coll, C.C. (1994). Children and poverty: issues in contemporary research. *Child Development*, 65, 275-282.

Instituto Nacional de Estatística. (2002). Rendimento, Desigualdade e Pobreza. Lisboa: INE.

Jessor, R. (1991). Risk Behavior in Adolescence: A Psychosocial Framework for understanding and Action. *Journal of Adolescent Health*, 12, 597-605.

Lerner, R.M., & Galambos, N. L. (1998). Adolescent development: challenges and opportunities for research, programs, and policies. Retirado em 25 de Setembro de 2007 da World Wide Web: psych.annualreviews.org

Leung, K. & Lau, S. (1989). Effects of Self-Concept and Perceived Disapproval of Delinquent Behavior in School Children. *Journal of Youth and Adolescence, 18* (4), 345-359.

Luthar, S.S. (1991). Vulnerability and Resilience: A Study of High-Risk Adolescents. *Child Development, 68*, 600-616.

Luthar, S.S. & D'Avanzo, K. (1999). Contextual factors in substance use: A Study of suburban and inner-city adolescents. *Development and Psychopathology, 11*, 845-867.

Luthar, S.S., & Cicchetti, D. (2000). The construct of resilience: Implications for interventions and social policies. *Development and Psychopathology, 12*(4), 857-885.

Luthar, S.S., Cicchetti, D., & Becker, B. (2000). The Construct of Resilience: A Critical Evaluation and Guidelines for Future Work. *Child Development, 73*(3), 543-562.

Luthar, S.S., & Becker, B. (2002). Privileged but Pressured? A Study of Affluent Youth. *Child Development, 73*(5), 1593-1610.

Luthar, S.S., & Latendresse, S.J. (2002). Adolescent risk: The cost of affluence. In G. Noam, C. S. Taylor, R. M. Lerner, & A. von Eye (Eds.), *New directions for youth development: Theory, practice and research, 95. Pathways to positive development among diverse youth*, 101-121. San Francisco, CA: Jossey-Bass.

Luthar, S.S., & Latendresse, S.J. (2005a). Comparable "risks" at the socioeconomic status extremes: Preadolescents' perceptions of parenting. *Development and Psychopathology, 17*, 207-230.

Luthar, S.S., & Latendresse, S.J. (2005b). Children of the affluent: challenges to well-being. *Current Directions in Psychological Science, 14*, 49-53.

Luthar, S.S., & Ansary, N.S. (2005). Dimensions of adolescent rebellion: risks for academic failure among high- and low-income youth. *Development and Psychopathology, 17*, 231-250.

Luthar, S. S., & Zigler, E. (1991) Vulnerability and Competence: a review of research on resilience in childhood. *American Journal Orthopsychiatric* 63 (1), 6-22.

Masten, A.S., Coatsworth, J.D. (1998). The development of competence in favourable and unfavourable environments: lessons from research on successful children. *American Psychologist*, 53 (2), 205-220.

Masten, A. S. (2001). Ordinary Magic: resilience processes in development. *American Psychologist*, 56 (3). 227-238.

Masten, A.S., Powell, J. L. (2003). A resilient framework for research, policy and practice. In S.S. Luthar (Ed.). *Resilience and vulnerability: adaptation in the context of childhood adversities* (p.1-20). New York: Cambridge University Press.

Masten, A.S., Gerwartz, A.H. (2006). Resilience in development: The importance of early childhood. In R.E. Tremblay, R.G. Barr & R. Peters, (Eds.), *Encyclopedia on early childhood developmental*. Acedido a 29 de Janeiro de 2008 em: <http://www.excellence-earlychildhoof.ca/documents/Masten-GewirtzANGxp.pdf>.

Matos, M. G., Simões, C., Carvalhosa, S. F., Canha, L. (2000). Manual do programa de promoção de competências de relacionamento interpessoal. In M.G. Matos, C. Simões & S.F. Carvalhosa (Eds.), *Desenvolvimento de Competências de Vida na Prevenção do Desajustamento Social*. Lisboa: FMH/IRS.

Matos, M. & Equipa do Projecto Aventura Social e Saúde (2003). A saúde dos adolescentes portugueses (quatro anos depois). Edições FMH: Lisboa.

McLoyd, V. C. (1989). Socialization and Development in a Changing Economy: the effects of paternal job and income loss on children. *American Psychologist*, 44 (2), 293-302.

McLoyd, V. C. (1998). Socioeconomic Disadvantage and Child Development. *American Psychologist*, 53 (2), 185-204.

Negreiros, J. (2008). *Delinquências Juvenis*. Porto: Livpsi.

Neves, L. (1995). Suporte emocional na adolescência: a relação com os pais e com os amigos em momentos de transição escolar. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Tese de Mestrado.

Neves, L., Soares, I., Silva, M. C. (1999). Inventário da Vinculação na Adolescência – I.P.P.A. In M. R. Simões & L. S. Almeida (Eds.), *Testes e Provas Psicológicas em Portugal*, Vol. 2 (pp. 37-48). Braga: APPORT/SHO.

Mezzacappa, E., Beckner, J. C. (2003). Characteristics of resilient youth living in poverty: The role of self-regulatory process. *Development and Psychopathology*, 15, 139-162.

Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57, 316-331.

Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1994). Urban Poverty and the Family Context of Delinquency: A New Look at Structure and Process in a Classic Study. *Child Development*, 65 (2), 523-540.

Schmidt, M.E., McVaugh, B., & Jacobi, J. (2007). Is mentoring throughout the fourth and fifth grades associated with improved psychosocial functioning in children? *Mentoring & Tutoring*, 15 (3), 263-276.

Simões, C. (2000). Adolescência, saúde e comportamento desviante. In M.G. Matos, C. Simões & S.F. Carvalhosa (Eds.), *Desenvolvimento de Competências de Vida na Prevenção do Desajustamento Social*. Lisboa: FMH/IRS.

Simões, C. (2007). *Comportamentos de risco na adolescência*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia.

Spence, S. H., Matos, M. G. (2000). Intervenções preventivas com crianças e adolescentes. In M.G. Matos, C. Simões & S.F. Carvalhosa (Eds.), *Desenvolvimento de Competências de Vida na Prevenção do Desajustamento Social*. Lisboa: FMH/IRS.

Sprinthall, N. A., & Collins, W.A. (1999). *Psicologia do adolescente: uma abordagem desenvolvimentista* (2ª ed.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ugar, M. (2005). *Handbook for working with children and youth: pathway to resilience across cultures and contexts*. Thousand Oaks: Sage Publications Inc.

Winfield, L. F. (1994). Developing resilience in urban youth. *Urban Monograph Series*. Oak Brook, IL: North Central Regional Educational Laboratory.

UNICEF (2005), *Pobreza infantil nos países ricos: innocentil report card, 6*. Florença: Centro de pesquisa innocenti da UNICEF.

Zimmerman, M.A., & Arunkumar (1994). Resiliency Research: Implications for Schools and Policy. *Social Policy Report: society for research in child development, 4* (8), 1-19.

Zimmerman, M.A., Bigenheimer, J. B., & Notaro, P. C. (2002). Natural Mentors and Adolescent Resiliency: a study with urban youth. *American Journal of Community Psychology, 30* (2), 221-242.